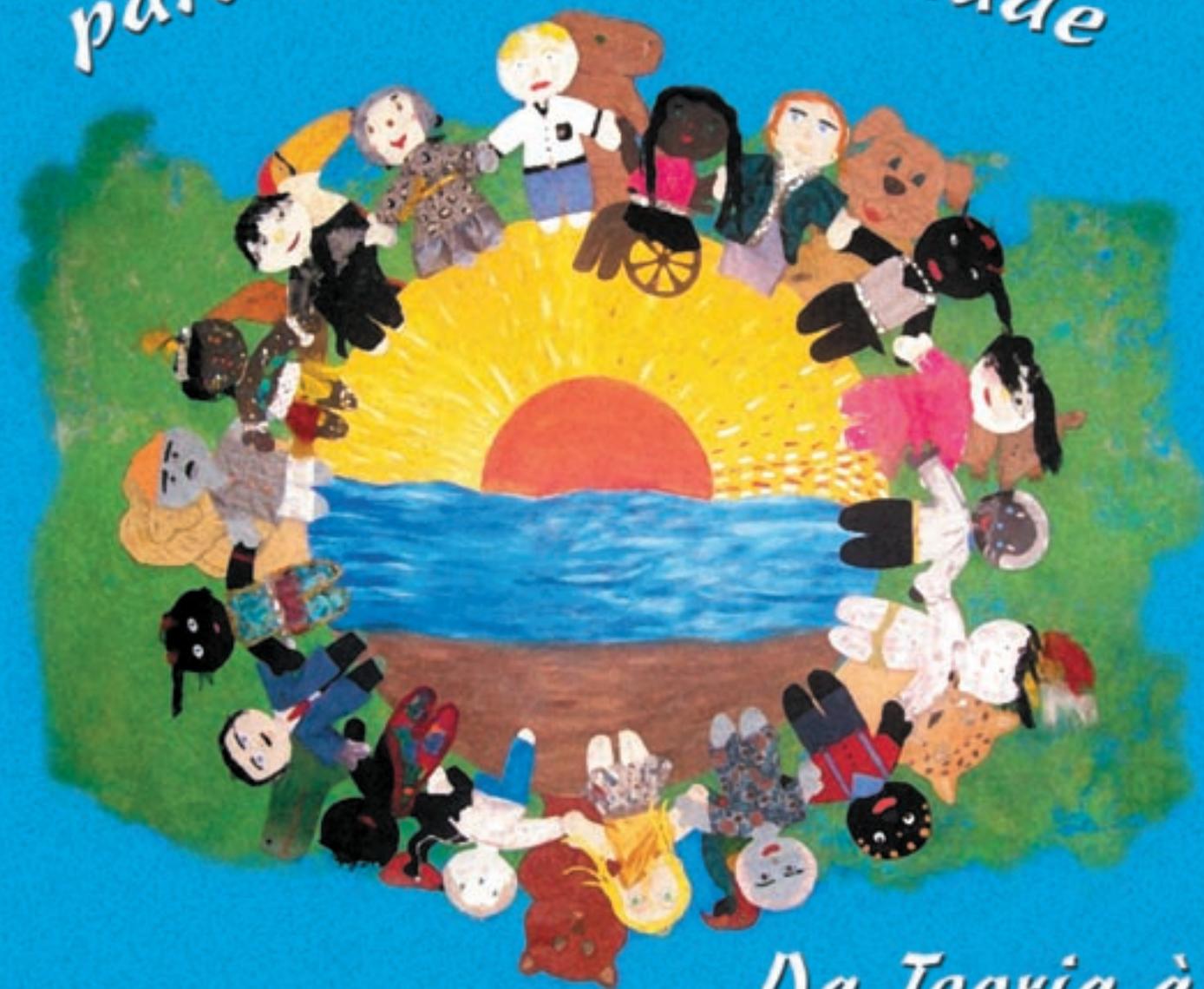


# *Agenda 21 e Educação Ambiental para a Sustentabilidade*



*Da Teoria à Prática*

### **Coordenação Geral**

Maria Isabel G. C. Franco

### **Equipe de Coordenação dos GTs**

Andressa Scabin  
Angélica Maran Lucas de Oliveira  
Bruno Cutinhola Cavalcante  
Cesar dos Santos Pegoraro  
Lucas Blaud Ciola  
Maria Isabel Gonçalves C. Franco  
Vanessa Selegrine  
Virgínia Talaveira Valentini Tristão

### **Colaboradores**

Indaia Emília Schuler Pelosini  
Leni Bueno Monteiro  
Martha de Carvalho Schultz  
Nádia Conceição Vernes Almeida

### **Coordenação Editorial**

Maria Isabel G. C. Franco

### **Elaboração dos Textos e Revisão Geral**

Andressa Scabin  
Angélica Maran Lucas de Oliveira  
Bruno Cutinhola Cavalcante  
Cesar dos Santos Pegoraro  
Lucas Blaud Ciola  
Maria Eugênia Camargo  
Maria Isabel Gonçalves C. Franco  
Vanessa Selegrine  
Virgínia Talaveira Valentini Tristão

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Indaia Emília Schuler Pelosini

### **Capa**

Arte sobre Ilustração elaborada pela Escola Municipal Suely Maria Hipólito - Embu - SP

### **Fotos**

Equipe Sociedade Ecológica Amigos de Embu - SEAE

### **Tiragem**

1.000 exemplares

### **Impressão**

Copypress

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Impresso em papel reciclado.

Dezembro de 2007

### **Agradecimentos Especiais**

Agradecemos ao empenho especial de:

João Carlos Ramos – Secretaria de Meio Ambiente de Embu

Gabriela Santos – Natura Cosméticos S.A.

Paulo Neves – Administração do Parque do Lago Francisco Rizzo e Equipe

Agradecemos à colaboração e participação especial da Associação Comunitária Pequeno Príncipe

# SUMÁRIO

<b>AGENDA 21 e EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE – DA TEORIA À PRÁTICA</b>	
Apresentação .....	3
<b>PROGRAMA DO CURSO – TEMAS e OFICINAS .....</b>	<b>10</b>
<b>AGENDA 21 e EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE – DA TEORIA À PRÁTICA</b>	
Palestras e Debates.....	11
<b>CONTEXTUALIZANDO NOSSO ESPAÇO DE TRABALHO</b>	
<b>BACIA HIDROGRÁFICA: O TERRITÓRIO QUE NOS UNE.....</b>	<b>12</b>
<b>O GRUPO DE TRABALHO – GT 1</b>	
Formação Continuada em Educação Ambiental – Introdução .....	16
Formação Continuada em Educação Ambiental – GT 1.....	18
<b>O GRUPO DE TRABALHO – GT 2</b>	
Educação Ambiental e Sustentabilidade – Introdução.....	33
Educação Ambiental e Sustentabilidade – GT 2 .....	34
<b>O GRUPO DE TRABALHO – GT 3</b>	
Educação Ambiental e Protagonismo Juvenil – Introdução .....	40
Educação Ambiental e Protagonismo Juvenil – GT 3.....	42
<b>O GRUPO DE TRABALHO – GT 4</b>	
Educação Ambiental e Políticas Públicas – Introdução .....	48
Educação Ambiental e Políticas Públicas – GT 4 .....	50
<b>POSFÁCIO.....</b>	<b>59</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>60</b>



# AGENDA 21 E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE – DA TEORIA À PRÁTICA

*Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato, é só isso que o tem mudado.*

Margaret Mead

## APRESENTAÇÃO



Em novembro de 2006 foi realizado o 1º Fórum Regional de Agenda 21 na Educação, que contou com amplo apoio da Prefeitura Municipal de Itapeverica da Serra, cidade que sediou o evento, e a participação dos municípios de Embu, Embu-Guaçu, São Lourenço, Cotia, Taboão da Serra e Juquitiba, por meio das Prefeituras e respectivas Diretorias

Regionais de Ensino, com a presença de aproximadamente 500 pessoas entre sociedade civil, poder público, lideranças sociais e empresariado.

Dando continuidade ao compromisso assumido no 1º Fórum, de participar na articulação, elaboração e fortalecimento de projetos de Agenda 21 e Educação Ambiental na região, a coordenação pedagógica da Sociedade Ecológica Amigos de Embu - SEAE elaborou a proposta do curso *Agenda 21 e Educação Ambiental para a Sustentabilidade – da Teoria à Prática*, voltado à formação de educadores, representantes do poder público, empresariado e lideranças locais, ampliando a participação para além da comunidade de educadores formais. O curso, realizado entre maio e setembro de 2007, foi composto por módulos teóricos e práticos focados na temática Agenda 21, comunidades e potenciais locais para a sustentabilidade, com a organização dos participantes, que já haviam iniciado suas reflexões e debates no 1º Fórum, em 4 grupos de trabalhos – GTs, em torno das questões:

- Formação continuada em Educação Ambiental;

- Educação Ambiental para a Sustentabilidade;
- Educação Ambiental e Protagonismo Juvenil;
- Educação Ambiental e Políticas Públicas.

## O PROCESSO: OBJETIVOS, REFERENCIAIS E METODOLOGIA

*Dimensionar os seres humanos como membros do imenso cosmos nos obriga a uma profunda mudança de valores, relações e significações como parte do todo global. As práticas humanas nesse processo de auto-organização cósmica permanente nos levam ao desenvolvimento de atitudes básicas de abertura, interação solidária, subjetividade coletiva, equilíbrio energético e formas de sensibilidade, afetividade e espiritualidade (Gutiérrez e Prado).*

## OBJETIVOS

O programa do curso desenvolveu-se em torno de dois eixos principais:

- Estimular a participação e co-responsabilidade cidadãs das escolas, comunidades e demais sujeitos envolvidos no projeto, preparando-os para desencadear propostas de Agendas 21 locais, por meio do diálogo e da mobilização na busca de soluções para enfrentar as graves situações de risco ambiental e social e qualidade de vida. São questões emergenciais e não podem ser resolvidas sem o envolvimento dos três setores da sociedade: o poder público local – principalmente os vereadores, representantes mais próximos da comunidade – o empresariado e a sociedade civil, onde as escolas participam como mediadoras desse importante processo de educação ambiental ampliada e situada;
- Consolidar os Grupos de Trabalhos Temáticos - GTs, como fóruns de discussão e divulgação permanentes das propostas elaboradas no 1º Fórum com os seguintes objetivos:
  - ampliar os conhecimentos gerais sobre educação ambiental e sustentabilidade;

- propiciar formação continuada aos educadores ambientais formais e não-formais;
- estimular a articulação e trocas de experiências constantes entre os municípios, buscando um diagnóstico maior e mais abrangente da problemática socioambiental concernente aos desafios da Educação para a Sustentabilidade;
- formar um coletivo reflexivo e atuante para colaborar nos processos educativos formais e não-formais (lideranças comunitárias);
- discutir, refletir e avaliar o potencial da Agenda 21 para a construção de referenciais de sociedades sustentáveis para esses municípios;
- consolidar a formação e implementação de uma rede de educadores socioambientais da região;
- incentivar a integração entre os municípios e suas redes de ensino municipal e estadual, bem como com as lideranças locais;
- conhecer e divulgar as propostas e projetos que vêm se realizando pós I Fórum, para que se possa avaliar os impactos do evento, preparando a base para o próximo;
- incentivar a integração do poder público, sociedade civil e empresariado (princípio-chave da Agenda 21 Global) na busca de uma educação de qualidade que privilegie os temas e desafios locais e sua solução a partir do envolvimento coletivo;

## REFERENCIAIS

A bibliografia central que deu suporte ao curso, utilizada durante os trabalhos com os GTs foi *Diagnóstico e Caracterização por Percepção de Bacias Hidrográficas*, material impresso cedido pela parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica/Núcleo Pró-Tietê.

Como bibliografia de apoio utilizamos os volumes: *Modelo Colaborativo, Experiência e aprendizados comunitários em Curitiba*; e *Facilitando Oficinas – Da teoria à prática*, ambos distribuídos em mídia digital via CD, aos participantes.

## METODOLOGIA

Os participantes do curso, representantes dos seis municípios da Sub-Bacia Cotia-Guarapiranga: Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Juquitiba, Itapecerica da



Serra, São Lourenço da Serra, e também a representação de São Paulo, Taboão da Serra e Cananéia – tinham como desafio a construção de relatórios referentes a cada encontro e a elaboração de *uma agenda de propostas de intervenção local*, visando à gestão socioambiental e cultural, transversalizada pelos referenciais da sustentabilidade – foco

de todo o projeto. Para atingir os objetivos propostos, o grupo desenvolveu um trabalho de campo no Parque do Lago Francisco Rizzo em Embu das Artes, local que sediou o curso, através de parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A formatação do curso teve como premissa a vivência dos participantes com modelos potencialmente aplicáveis em qualquer localidade, estimulando a capacidade prática para a formação de multiplicadores das propostas desenvolvidas nos encontros. Foi uma preocupação central estimular a aprendizagem de processos de participação e co-responsabilidade cidadãs das escolas, comunidades e demais atores envolvidos no projeto.

A escolha da metodologia pautou-se na necessidade de informar e formar os participantes do curso para que sejam capazes de desenvolver, como multiplicadores, essas metodologias participativas em seus locais de atuação, com a aprendizagem e desenvolvimento prático de diagnósticos coletivos e planos de intervenção para implementação de Agendas 21 locais – da escola ao bairro, do bairro ao município; do possível ao ideal, compreendendo que o caminho é longo, processual e requer envolvimento e convicção de que é possível mudar! Por essa razão a proposta metodológica do curso e das oficinas baseou-se em vivências coletivas, com ênfase na construção de espaços democráticos e dialógicos em cada encontro, visando a construção e assunção de uma cultura de participação e co-responsabilidade na gestão compartilhada das estruturas sociais e institucionais (meio ambiente, cultura, sociedade, economia, educação, potenciais, desenvolvimento). A metodologia, de caráter participativo, que transversalizou toda a proposta didático-pedagógica, pautou-se na *aprendizagem colaborativa* (troca de saberes e experiências entre sujeitos ensinantes e aprendentes) e *diagnósticos coletivos* a partir da vivência de situações-problema – que tem o seu foco na realidade vivida, a partir da qual se elaboram diagnósticos coletivos e *planos de ação locais*.

## A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO

*Caminhante não há caminho, faz-se caminho ao andar  
Caminhante são tuas pegadas caminho nada mais;  
Caminhante não há caminho, apenas rastros no mar*  
Antonio Machado

Para o desenvolvimento dos módulos propostos para o curso foram realizados oito encontros de cinco horas cada um. Os temas abordados foram propostos a partir de prospecção com professores e lideranças, sobre quais conhecimentos e informações consideravam importantes para a sua prática pedagógica nas escolas e comunidades. Apresentações teóricas, palestras e vídeos enriqueceram os trabalhos prático-pedagógicos com os GTs. As dinâmicas de participação propostas foram: **Oficina de Futuro, Pacto de convívio, Caminhada Diagnóstica, Diagnóstico Coletivo, Roteiro de Temas e Planos de Ação.**

*O desenvolvimento de relações significativas tem a ver com a capacidade de todo ser humano de mobilizar sua sensibilidade, imaginação criadora, sua intuição, suas energias afetivas, seu amor...*  
(Gutiérrez e Prado, 2002)

A *Oficina de Futuro*\* é um conjunto de atividades que promovem a reflexão, e fomentam debates em torno de diversos temas, além de contribuir para organização das idéias, estimulando a coletividade para que busque tornar os seus sonhos realidade. Entre as atividades que mais comumente são utilizadas nesta metodologia podemos destacar o *Muro dos Desafios* (Muro das Lamentações), a *Árvore da Esperança* e o *Plano de Ação*. Estas atividades têm sido largamente utilizadas para a construção coletiva de inúmeras agendas locais.

Na atividade do Muro dos Desafios, os participantes recebem uma tarjeta e nela são convidados a escrever um ou mais desafios locais. Essas tarjetas representam os tijolos de um muro. Cada “tijolo” deve ser apresentado pelo seu autor ao grupo, para que juntos reflitam sobre sua situação e agravantes. Na construção do muro pode-se agrupar os tijolos que contenham temas similares para auxiliar na sistematização dos desafios ali colocados, bem como as reflexões que serão estimuladas sobre cada tema.

\* Metodologia criada pelo Instituto ECOAR para a Cidadania.

Após essa dinâmica de análise e reflexão, passamos ao momento de vislumbrar outras possibilidades para as realidades apontadas. Na *Árvore da Esperança*, as pessoas recebem uma outra tarjeta, representando uma folha da árvore e são convidadas a manifestarem o que desejam para a região. Novamente deve-se compartilhar com o grupo os sonhos e desejos apresentados. O processo de sistematização se dá por meio da separação das folhas em “galhos”, fazendo uma correlação entre sonhos e desejos que demonstrem uma visão coletiva do grupo.

Os grupos, às vezes, destacam alguns desafios ou sonhos que devem ficar localizados nas “raízes” da árvore, simbolizando as bases dos problemas ou das soluções, uma consciência coletiva que vai se apurando à medida que se reflete sobre os desafios colocados e possibilita, posteriormente, a escolha de prioridades para a construção das bases da transformação (ações) - o que é essencial para o sucesso da transformação comunitária.

Ao término desses exercícios, podemos elaborar o “caminho” que procurará responder: como saímos do Muro dos Desafios para chegar à *Árvore da Esperança*? As respostas a esta pergunta já serão os componentes de um *plano de ação* para fazer a transição do Muro para a *Árvore*. Naturalmente tais contribuições devem ser elaboradas e amplamente discutidas, a fim de que as propostas tenham elementos que contribuam com a sua efetivação. Que atividades serão desenvolvidas? Que ação ou ações são prioritárias? Que materiais serão necessários? Quem fará parte da atividade? Quando? Que outros recursos são necessários? O que já temos na comunidade, no bairro, na escola, no local onde iremos desenvolver as ações propostas? Esses questionamentos ajudam a analisar a relevância das propostas e o seu grau de efetivação.

O *Modelo Colaborativo* constitui-se numa metodologia de caráter participativo e oferece ferramentas estratégicas importantes para subsidiar a construção de agendas locais, através da conexão do saber e da experiência dos cidadãos, de sua mobilização, organização e reconhecimento dos desafios e potencialidades locais, presentes em seu cotidiano. Traz como foco do processo o desenvolvimento comunitário a partir das potencialidades.

Em nossa trajetória de construção da *Agenda 21 Escolar de Embu das Artes* em 2005, utilizamos a estratégia que denominamos *caminhada diagnóstica* para complementar essa proposta do Modelo Colaborativo – uma caminhada coletiva, intencional, num espaço limitado, que envolve professores, alunos,

lideranças do bairro, familiares, funcionários da escola, representantes do comércio local e poder público, com o objetivo de identificar os desafios locais – águas contaminadas, falta de saneamento no bairro, excesso de lixo, falta de coleta, praças abandonadas, falta de arborização, espaços ociosos e mal aproveitados na escola e entorno, falta de calçadas ou espaços para pedestres, falta de áreas de lazer, indústrias poluentes, etc.

No entanto, nas *caminhadas diagnósticas* visamos também à percepção desses mesmos locais como potenciais para mudança com melhoria para a qualidade de vida dos moradores - as praças, os espaços e terrenos baldios, a várzea dos córregos e rios como espaços potenciais para arborização, recomposição da mata ciliar, plantio em praças, espaços para hortas coletivas, comunitárias, e o reconhecimento de outros *patrimônios* que os bairros possuem: Escola, Posto de Saúde, Sociedade Amigos de Bairro, igrejas, Casa de Cultura, Biblioteca, enfim, espaços públicos que precisam ser valorizados e transformados, e que representam conquistas sociais e benefícios para todos, bem como a parceria com o comércio ou empresas locais, que podem se tornar aliados nas propostas de mudanças para o bairro ou escola.

O *Modelo Colaborativo* traz como proposta de princípios e valores a construção de planos de intervenção local a partir da experiência e potencialidades da própria comunidade, elaborado e discutido por atores locais, a *partir de dentro*, isto é, da análise da realidade até a construção do plano de ação em trabalho de parcerias **com a comunidade** e não de peritos *de fora*, que tragam as propostas prontas **para a comunidade**. A solução de problemas sociais não depende de agentes de fora apenas, de especialistas, dos governos, empresários nem só da sociedade civil, mas de cidadãos comprometidos, de todas as representações sociais, envolvidos em todas as fases da construção do projeto de intervenção. A meta é sair de uma comunidade passiva, de *dependentes* à espera de soluções que venham de “cima para baixo”, para uma comunidade ativa, participativa, que se envolve e reconhece sua responsabilidade cidadã.

Esse modelo está pautado no trabalho colaborativo dos três setores, em **atuação articulada** – sociedade civil, governo e empresariado. Não há sobreposição, mas articulação de papéis, pensados a partir de uma atuação conjunta na busca de soluções para os problemas locais. A ênfase é *no poder que surge a partir da própria organização comunitária*.

No caminho que percorremos na implementação do Modelo Colaborativo construímos um conjunto de princípios e valores que são extremamente importantes no processo da abordagem colaborativas. São eles:

- Comunidade somos todos nós: governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada ou não;
- A comunidade deve ser protagonista de seu próprio desenvolvimento;
- A comunidade possui valores individuais e coletivos, base do processo de colaboração;
- A colaboração acontece entre as diferentes pessoas a partir de uma rede de relações, que busca valorizar toda forma de contribuição, através de habilidades e experiências pessoais, dos recursos e das potencialidades existentes na comunidade, etc;
- Esse trabalho tem como foco a pessoa. Portanto, todo o esforço deve se reportar constantemente a essa premissa maior, para que não corramos o risco de supervalorizar outros aspectos que não dizem respeito ao ser humano\*;
- Toda pessoa é portadora de conhecimentos que advêm de sua experiência de vida. Essa experiência pode se traduzir em potencial a serviço de ações comunitárias;
- O processo colaborativo é uma metodologia eficaz na solução de problemas porque mobiliza lideranças comunitárias, mobiliza recursos dispersos em várias organizações e cria sinergia no planejamento e execução de ações;
- O trabalho do Modelo Colaborativo é um processo e não um projeto;
- A colaboração se desenvolve melhor no âmbito de uma organização que tenha a intenção de fazê-la.

Fonte: *Modelo Colaborativo – Experiência e aprendizado do desenvolvimento comunitário em Curitiba, 2002.*

\* Esclarecemos que a nossa convicção se orienta pela firme crença que ao tomarmos o Modelo Colaborativo como base de nosso trabalho, a pessoa

como premissa não está separada da natureza e das relações construídas ao longo do processo de desenvolvimento humano. Em nossa interpretação a pessoa é natureza, é parte, transforma a natureza e cria o conceito de meio ambiente, fruto dessa relação, mas, por essa natureza, por esse meio ambiente também é transformada. Portanto, o foco está na pessoa e na busca constante de sua inserção enquanto ser no mundo, e no aprendizado de uma convivência respeitosa e solidária com a vida.

*A vida, com frequência, envolve tensões entre valores importantes. Isto pode comportar escolhas difíceis. Contudo, temos de encontrar a forma de harmonizar a diversidade e a unidade, o exercício da liberdade com o respeito pelo outro, os objetivos de curto com aqueles de longo prazo. Cada indivíduo, cada família, organização e comunidade têm um papel vital a desenvolver.*

*As artes, as ciências, as religiões, as instituições escolares, a mídia, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são chamados a oferecer uma liderança criativa. A ação conjunta dos governos, da sociedade civil e das empresas é fundamental para uma gestão eficaz (Carta da Terra).*

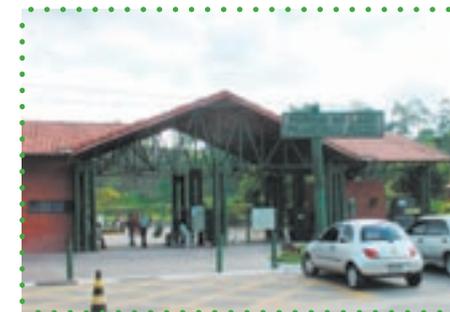
## **ROTEIRO DE DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO A PARTIR DO DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO POR PERCEPÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS:**

1. CONSTRUÇÃO COLETIVA do *conceito de diagnóstico* - algumas perguntas para o grupo podem ajudá-lo a refletir, elaborando respostas e conceitos. Qual a importância de um diagnóstico? Para que fazer um? O que queremos com ele?

O *Diagnóstico Participativo* contém os seguintes elementos:

- **Limite** – adoção em campo pelo grupo. Em nosso exercício delimitamos setores para tornar esta atividade mais rica (troca entre os grupos). Esta delimitação física permite que saibamos quais são nossos limites espaciais. Na prática, estes limites sempre devem ser revistos. Podem ser ampliados ou diminuídos, dependendo da articulação e fortalecimento do grupo:
- ✓ Divisão do Parque do Lago em Setores – considerá-los *unidades socioambientais*: construção de uma nova organização social que

queremos consolidar – tratar questões complexas como a participação social. Destacamos sempre que o trabalho em menor escala – espaços menores delimitados – conecta-se às escalas maiores – Parques, praças, ruas, bairros, microbacia, Sub-bacia da Guarapiranga, etc.;



- ✓ É uma unidade de PERCEPÇÃO, ESTUDO, ANÁLISE e INTERVENÇÃO;
  - ✓ Objetivo: aprendizagem e preparação para gestão coletiva: Construção de um conhecimento [coletivo] aprofundado a *respeito da realidade local*;
  - ✓ Elemento-chave: PERCEPÇÃO (individual e coletiva, global e local) o que vemos e pensamos a respeito – desvelar relações socioambientais daquele pedaço. Devemos diferenciar o ver do enxergar; temos que estar atentos a todos os fluxos do parque, perfil dos usuários, paisagem, equipamentos, usos diversos.
2. PARTICIPAÇÃO - “A abordagem participativa envolve compreensão, que exige não pressupor a ignorância do outro, mas admitir que o outro sabe e que seu saber, antes de ser descartado, precisa ser entendido e reconhecido, mesmo que depois venha a ser transformado”.
- ✓ Tão importante quanto os aspectos técnicos do meio ambiente é a aprendizagem dos aspectos relacionais e culturais;
  - ✓ Saber da comunidade e saber técnico – a apropriação do saber técnico pela comunidade em conjunção com o saber cotidiano, o saber da experiência: ponte para a construção de uma identidade e visão do local. Valorizar os saberes que temos, nossas potencialidades. Nós somos capazes de mudar nossa realidade;
  - ✓ O aprendizado é inerente ao processo;
  - ✓ O importante é a construção de um conhecimento coletivo, situado, fruto da articulação de “diversos conhecimentos e experiências”, de

uma multiplicidade de papéis sociais, que se entrecruzam e fortalecem para a transformação da realidade.

Para um melhor relacionamento do grupo é importante estabelecer, logo no primeiro encontro, um **Pacto de Convivência**. Essa atividade pressupõe que as “regras” de funcionamento do grupo serão pactuadas coletivamente. Pode-se utilizar uma cartolina ou pedaço de papelão para as anotações. O Pacto deve sempre estar exposto e necessita de revisão a cada encontro, pois se o grupo cresce, as pessoas novas necessitam entender a dinâmica de funcionamento. Questões como pontualidade, atenção, respeito, saber ouvir, manter o foco no tema, entre outras, podem constar desse documento. Esta atividade divide a responsabilidade pela harmonia e bom relacionamento do grupo entre todos os sujeitos-protagonistas que dele fazem parte.

### 3. CONCEITOS E PRESSUPOSTOS EM ATIVIDADES COLABORATIVAS

– Estes são alguns valores que devem ser trabalhados junto ao grupo. Um trabalho verdadeiramente participativo deve ter alguns sentimentos visando ao fortalecimento de um espírito coletivo, de ganhos mútuos.

- ✓ Participar é relacionar-se, portanto a base de um trabalho coletivo é o diálogo.
- ✓ Atividades que envolvem a participação estimulam a co-responsabilidade pelos processos e a aprendizagem social. O exercício em equipe melhora as condições para a tomada de decisões, aperfeiçoa as formas de articulação e representação de interesses diversos e conflituosos, sobretudo “dos excluídos da sociedade”;
- ✓ A abordagem participativa é “um processo mais difícil e demorado, porém aumenta as possibilidades de fortalecimento social e político da população”. Uma experiência dessas certamente acaba inspirando outras, provocando multiplicação de ações, formação de redes de comunicação, e ampliando as parcerias, além de outros ganhos;

- ✓ Criação de um “objetivo do grupo” – proposição para que o grupo pense numa frase ou pensamento que o norteie. Esta frase expressará o objetivo desta união de atores sociais. Isto será um elo de ligação entre os participantes e a “razão” de estar lá! Esse objetivo deve sempre ser revisto. Se as pessoas incorporarem o objetivo dentro do grupo o trabalho se fortalece através da formação de um “sujeito coletivo”, que se constrói e atualiza permanentemente, aperfeiçoando o processo. A frase escolhida será a identificação do grupo, numa intervenção pela comunidade, como as caminhadas ou as entrevistas. Este objetivo deve ser apresentado às pessoas que perguntarem sobre a ação do grupo. É um “cartão de apresentação”.

### 4. SAÍDA A CAMPO – Este é o momento de vivenciar a comunidade, o local, de trocar percepções, conhecimentos e contatos. Para que nenhuma informação se perca, o grupo deve adotar algumas orientações:

- ✓ Buscar desenvolver o sentimento de pertencimento ao espaço, apropriar-nos do nosso local.
- ✓ Três personagens importantes devem compor as saídas a campo: **mediador, anotador e observador/comentador**.
- ✓ O **Mediador** facilitará o trabalho do grupo em campo, estimulando as percepções, trocas e diálogos. Deve sempre evitar emitir suas sensações, pois pode contrariar a opinião dos observadores, desestimulando futuras manifestações. Um bom mediador precisa fazer muitas perguntas, saber organizar as manifestações, acolher as diversas opiniões e sempre buscar um consenso.
- ✓ O **Anotador** é a memória do grupo, sempre anotando as informações que surgem do grupo, como dados, datas, contatos, novas pessoas a serem convidadas a participar do grupo, histórias, entre outras informações importantes para serem utilizadas no processo. A informação deve ser sistematizada e compartilhada com o restante do grupo.
- ✓ Para que nada se perca numa atividade de campo, devemos, sempre que possível, ter dois anotadores no grupo. Caso tenhamos mais que um



anotador, a sistematização das observações deve ser feita pelos dois, para que as informações sejam mais abrangentes.

- ✓ Os **Observadores** precisam estar atentos ao caminho, procurando particularidades, atores interessantes e situações que valham uma reflexão coletiva.
- ✓ Esses papéis devem ser combinados antes da saída. É interessante que haja troca desses papéis nas atividades subseqüentes.

5. **SOCIALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES** – Toda informação gerada em campo e nos GTs, por meio das trocas de percepções e das anotações, constituem uma maneira de socializar as diferentes idéias, opiniões e relações. Esta socialização deve ser feita num clima de respeito, pois opiniões diferentes se solidarizam para chegar a uma terceira opinião, a do coletivo que se prepara para intervenções. Gerenciar conflitos e favorecer um clima harmônico são objetivos dessa fase.

6. **ROTEIRO DE TEMAS** – As saídas de campo, a troca de percepções e conhecimentos nos permitem ampliar nossa própria visão sobre a comunidade e suas particularidades, sistematizando uma série de assuntos que foram discutidos, vistos e analisados.

- ✓ A partir desta identificação espacial teremos uma série de temas identificados e a sua organização num roteiro será como o cardápio de um restaurante.
- ✓ Devemos classificá-los e escolher o mais relevantes, levando em conta que esses temas orientarão nossas ações e atividades. Os temas mais relevantes e os de mais fácil implementação devem ser prioritários.
- ✓ Os outros temas, que não foram inicialmente trabalhados, serão parte fundamental de nosso diagnóstico mais adiante. Há limites para o nosso trabalho e iniciaremos nossas ações planejando um roteiro.
- ✓ Fazendo analogia ao cardápio do restaurante, primeiro pedimos uma entrada, depois um prato, a bebida e depois a sobremesa, cada um no seu momento. Além disso, escolhemos o que vamos comer naquele dia, e no cardápio ainda há uma série de opções que serão consumidas em outra ocasião. Assim, aprendemos a analisar “os possíveis” em cada etapa.

7. **INDICADORES** – Tudo aquilo que fazemos de alguma forma deve ser avaliado. Esta avaliação servirá para mostrar ao grupo os pontos fortes,

que devem ser mantidos, e os pontos que necessitam ser aprimorados na continuidade de nossas ações.

- ✓ Para todas as ações a serem desenvolvidas pensaremos em indicadores de avaliação.
- ✓ Esses indicadores demonstrarão a eficiência e eficácia da nossa ação.
- ✓ Para ajudar a compreender como funciona essa tarefa, podemos sempre usar a seguinte pergunta: “Saberei que a minha ação deu certo se...”
- ✓ Para cada ação planejada, refletiremos em alguns pontos de análise sobre o resultado alcançado, se correspondeu ao desejado ou programado.
- ✓ Estes indicadores podem ser quantitativos e/ou qualitativos. Como exemplo de indicadores quantitativos, o número de pessoas presentes, de árvores plantadas, o volume de lixo coletado. Se a análise for qualitativa podemos pensar em: presença de lideranças do bairro, novas adesões ao grupo, felicidade do grupo, satisfação apresentada pelos participantes durante a atividade, fortalecimento do grupo.
- ✓ Se, por acaso, o resultado esperado não se manifestou na ação executada, tudo bem. Este resultado servirá para a reflexão do grupo, para analisar o que deve ser fortalecido numa próxima atividade.
- ✓ Resultados inesperados devem sempre servir para agregar o grupo e fortalecê-lo. Toda experiência possibilita nosso crescimento e amadurecimento coletivos.

A Educação Ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – Rio-92).

# PROGRAMA DO CURSO - TEMAS E OFICINAS

8H30 às 13H30

## MÓDULO 1 - 14/04/07

Agenda 21 e Sustentabilidade

Educação Ambiental para a Sustentabilidade

A Percepção Socioambiental e a Realidade local

*Oficina 1* – O Diagnóstico Participativo: Enfoque participativo; Conceito e pressupostos de Participação; Níveis de participação.

## MÓDULO 2 - 05/05/07

A Bacia Hidrográfica como unidade socioambiental

Políticas Públicas e Meio Ambiente

indicadores socioambientais

*Oficina 2* – O modelo Colaborativo: A Abordagem Colaborativa e no trabalho com as comunidades locais – escola e lideranças; Princípios e valores; Passos para a Construção do Modelo Colaborativo.

## MÓDULO 3 - 26/05/07

Educação Ambiental e protagonismo Juvenil

Identificando e valorizando lideranças jovens

A Prática do Diagnóstico colaborativo – na roda, os diversos atores

*Oficina 3* – Formando do mediador: Formando a equipe; os mediadores – perfil e atitudes; o mediador como um animador

## MÓDULO 4 - 23/06/07/07

Economia, Geração de Emprego e Renda e Sustentabilidade

Meio Ambiente, Sociedade e Processos de Aprendizagem

Princípios da Aprendizagem

*Oficina 4* – Aprendizagem Participativa

## MÓDULO 5 - 07/07/07

Economia, Geração de Emprego e Renda e Sustentabilidade – os grandes temas e o modelo de desenvolvimento insustentável

Aprendizagem, Capacitação e Diálogo – facilitando Oficinas

*Oficina 6* – Passo-a-Passo da Elaboração de Oficinas para envolvimento, sensibilização e construção de diagnósticos participativos

Módulo 6 - 28/07/07

Modelo Colaborativo e Oficinas de Sensibilização: Solucionar Conflitos; Organizar a Colaboração; Planos de Ação; Avaliação e auto-avaliação no processo – avaliação participativa;

## MÓDULO 7 - 18/08/07

Caminhada Transversal e Mapeamento Participativo

*Oficina 7* – Elaborando diagnósticos e Planos de Ação Participativos por Grupo de Trabalho

## MÓDULO 8 - 01/09/07

O Projeto de Intervenção – Integração, interação e vivência: da escola ao bairro

Planejamento estratégico – O espaço democrático e participativo

*Oficina 8* – Construindo Agendas Locais para Sociedades Sustentáveis; Elaboração de Planos de Intervenção por Grupos de Trabalho

# AGENDA 21 E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE – DA TEORIA À PRÁTICA

## PALESTRAS E DEBATES

### MÓDULO 1 - 14/04/07

#### **Agenda 21 e Educação Ambiental para a Sustentabilidade**

*Maria Isabel Gonçalves Correa Franco*

Coordenação da Agenda 21 na Educação de Embu das Artes – SEAE

TEIA-USP – Laboratório de Educação e Ambiente

### MÓDULO 2 - 05/05/07

#### **A Bacia Hidrográfica como unidade socioambiental**

*Marcelo Cardoso*

Instituto Socioambiental - ISA

### MÓDULO 3 - 19/05/07

#### **Um Retrato dos Mananciais da Região Metropolitana do Estado de São Paulo**

#### **A Sub-Bacia Cotia-Guarapiranga;**

*Cesar Pegoraro*

Fundação SOS Mata Atlântica – Projeto Mãos à Obra pelo Tietê

Agenda 21 na Educação de Embu das Artes – SEAE

### MÓDULO 4 - 23/06/07

#### **Biomass Brasileiros; o Bioma Mata Atlântica; Corredores ecológicos; Mata Ciliar: Conceitos, importância e conservação; Função Ecológica;**

*Rodrigo Tasse Polisel* – Instituto Florestal (IF)

### MÓDULO 5 - 07/07/07

#### **Agenda 21, Comunidade e Potenciais Locais para a Sustentabilidade;**

*Camila Santos Tolosa Bianchi*

Rede da Agenda 21 de São Paulo

### MÓDULO 6 - 28/07/07

#### **Economia, Geração de Emprego e Renda e Sustentabilidade – os grandes temas e o modelo de desenvolvimento insustentável**

*Bruno Cavalcante*

Agenda 21 na Educação de Embu das Artes-SEAE

Grupo EPARREH - Estudos e Práticas Agrícolas e o Reencantamento Humano

Projeto Bacias Irmãs – PROCAM-USP

*Lucas Ciola*

Grupo EPARREH - Estudos e Práticas Agrícolas e o Reencantamento Humano

### MÓDULO 7 - 18/08/2007

#### **História Ambiental – A linha do Tempo ambiental**

*Martha de Carvalho Schultz*

Assistente Técnico-Pedagógico

Diretoria Regional de Ensino de Itapeverica da Serra

#### **Políticas Públicas e Meio Ambiente**

*Virgínia Talaveira Valentini Tristão*

Educação Ambiental nos Parques Municipais de São Paulo – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente

TEIA-USP – Laboratório de Educação e Ambiente

### MÓDULO 8 - 1º/09/07

#### **Protagonismo Juvenil e Educação Ambiental – Formação dos Coletivos “Juventude e Meio Ambiente”**

*Rangel Arthur Mohedano*

Conselho Nacional de Juventude da REJUMA – Rede Nacional de Juventude e Meio Ambiente do Brasil

ISPIS – Instituto Sincronicidade para Interação Social

# CONTEXTUALIZANDO NOSSO ESPAÇO DE TRABALHO

## BACIA HIDROGRÁFICA: O TERRITÓRIO QUE NOS UNE

Sair dos limites de cada município e pensar na bacia hidrográfica na qual nos situamos, ampliar a nossa percepção sobre o bairro, entender que fazemos parte de um território mais amplo, de uma região, de uma bacia hidrográfica, identificar problemas comuns à região, buscar soluções para os desafios identificados, aprender com a experiência do outro, dialogar, discutir, conversar, trocar idéias, compartilhar informações, compreender, cooperar, trabalhar em equipe – estes foram alguns dos desafios propostos pelo projeto.

Desafios que exigem um olhar para o meio ambiente diferente do que habitualmente estamos acostumados, um olhar que vá além do senso comum e enxergue o nosso espaço como parte de nós, como ambiente próximo e comum, como campo de trabalho vivo, potencial a ser trabalhado, despertando o nosso potencial criativo e crítico. Um olhar atento, reflexivo e, sobretudo, atuante, que nos mobilize para o exercício prático e cotidiano da nossa cidadania.

Qual o território que nos une?

Quais os desafios comuns aos nossos municípios? E as potencialidades?

A resposta a essas questões acima situa-se no campo da Bacia Hidrográfica, conceito que pode ser definido como: *um conjunto de terras drenadas por um rio principal, seus afluentes e sub-afluentes*, ([www.rededasaguas.org.br](http://www.rededasaguas.org.br)).

De acordo com a Política Nacional dos Recursos Hídricos, ou “Lei das Águas” (Lei 9433/1997), a gestão da água, entendida como recurso hídrico, deve ser realizada de forma participativa, integrada e descentralizada. Para que isso ocorra foi definida como unidade básica de gestão a bacia hidrográfica. Já não faz mais sentido pensar nos limites municipais ou estaduais, mas sim identificar a bacia à qual pertencemos e com isso perceber seus conflitos e questões, integrando ambiente e sociedade, saberes técnicos e comunitários, visões global e local.

Mais do que um recurso renovável, a água é um bem essencial ao ser humano e a todas as formas de vida que conhecemos em nosso planeta.

Podemos passar até 15 dias sem comida, mas sem água não sobrevivemos nem três dias. Apesar de parecer abundante, a água é um recurso finito, e de certa forma escasso, se considerarmos a quantidade de água doce disponível para o consumo na Terra. O planeta Terra tem  $\frac{3}{4}$  do seu território formado por água, no entanto somente 2,7% correspondem à água doce e desta quantidade menos de 1% representa água potável, ou seja, em condições para o consumo humano. Se pensarmos então nos vários usos ou destinos da água além do abastecimento público, as atividades econômicas como agricultura, irrigação, indústria, comércio, então veremos o quanto este recurso é disputado no mundo. O grande problema está relacionado à distribuição da água, ou melhor, dos recursos hídricos. No Brasil, grande parte da água (68%) está concentrada na região norte, em função da Bacia Amazônica, enquanto a maior parte da população concentra-se nas regiões sul e sudeste.

No projeto realizado, o território que nos uniu foi a Bacia Hidrográfica da Guarapiranga. Com exceção do município de Taboão da Serra, os demais participantes (Embu, Cotia, Itapecerica da Serra, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra e Juquitiba) fazem parte da Bacia da Guarapiranga. Alguns estão totalmente inseridos na área da Bacia como Itapecerica da Serra e Embu-Guaçu, outros parcialmente. Mesmo fora dos limites da Bacia, Taboão da Serra recebe água do sistema de abastecimento da Guarapiranga.

Os municípios certamente apresentam suas particularidades, ainda mais em se tratando de uma região de grande extensão, localizada em torno da cidade de São Paulo, uma das maiores metrópoles da América Latina. No entanto, quando pensamos no território da bacia há muitos desafios comuns a serem enfrentados.

Além disso, os sistemas de abastecimento estão interligados, de modo que as ações e atividades que ocorrem em determinado município podem ter impactos e consequências em outro.



## CARACTERIZAÇÃO DA BACIA

A Bacia Hidrográfica da Guarapiranga localiza-se na Bacia do Alto Tietê, que por sua vez está inserida na Bacia do Paraná, uma das regiões que abriga o maior número de habitantes no Brasil.

Trata-se de uma Bacia Hidrográfica de extrema importância para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), pois é responsável pela produção de água para o abastecimento público de quase quatro milhões de pessoas. Localizada na zona sudoeste da cidade de São Paulo, possui uma área de 630 Km e uma população de 800 mil habitantes que residem em torno da represa da Guarapiranga, segundo Censo 2000 (IBGE).



Extraído da publicação *Guarapiranga 2005: como e por que São Paulo está perdendo este manancial* - São Paulo - Instituto Socioambiental - 2006

## BREVE HISTÓRICO

A represa foi construída no período de 1906 a 1909 para a geração de energia elétrica, mas a partir de 1928 sua água já era utilizada com fins de abastecimento público para a cidade de São Paulo.

Inicialmente, a área do entorno da represa apresentava uma vocação de lazer com atividades de iatismo, que permanecem até os dias de hoje.

Desde 1920 a região foi sendo ocupada por chácaras e clubes. Já nas décadas de 50 e 60 houve um aumento dos loteamentos residenciais e neste período já havia um alerta sobre a degradação da qualidade das águas por conta da ausência de coleta e tratamento de esgoto. Em 1970, loteamentos precários com dimensões reduzidas já começam a aparecer na região e em 1980 já era notado um impacto da ocupação adensada.

## O PROGRAMA GUARAPIRANGA

Em 1991 houve uma floração excessiva de algas no reservatório, que chamou a atenção para a situação preocupante em que se encontrava o manancial. A partir desse episódio, o Governo do Estado e diversos órgãos (Sabesp, Prefeitura, CDHU, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria dos Recursos Hídricos) lançaram o “Programa de Saneamento e Recuperação Ambiental da Bacia do Guarapiranga”, com o objetivo de investir em obras de saneamento e melhorias na infra-estrutura urbana na região da bacia. O Programa Guarapiranga, como ficou conhecido, ocorreu de 1992 a 1998 e contou com financiamento externo do Banco Mundial.

No entanto, os recursos concentraram-se nas obras de saneamento e o resultado não foi significativo, uma vez que a qualidade da água no reservatório até piorou. Com isso verificamos que investir apenas em grandes obras não basta. Se não houver uma participação da população e principalmente uma gestão integrada da bacia hidrográfica, os problemas continuam.

## A PROBLEMÁTICA DA BACIA GUARAPIRANGA

Atualmente a Guarapiranga sofre grandes ameaças devido à crescente urbanização e à falta de tratamento de esgoto que afetam a qualidade da água da represa, aumentando o seu custo de tratamento para que sirva ao abastecimento público.

Os maiores problemas que afetam a bacia são a poluição causada por matéria orgânica proveniente dos esgotos domésticos e a poluição difusa, aquela causada por todo tipo de material não orgânico, resultante das atividades humanas e que chega aos reservatórios levada pelas águas das chuvas.

Normalmente associamos a poluição aos aspectos visíveis como lixo, vazamentos e tudo mais que nos é perceptível a olho nu, mas dificilmente

percebemos a poluição difusa, aquela que não vemos e que é um dos principais fatores de degradação da qualidade da água. Aqui vale também um exercício do olhar, que nem sempre é fácil no dia-a-dia.

Outra grave questão que afeta a bacia é o desmatamento. Sabemos da importância da mata ciliar e da várzea na manutenção da qualidade da água do reservatório, entretanto a região da Guarapiranga conta com menos de 40% de vegetação nativa. A alteração do uso do solo para atender às atividades antrópicas (campo, agricultura, mineração) foi responsável pelo desmatamento de 89% da área, sendo a urbanização responsável por 11% entre 1989 e 2003.

A existência de um “mercado informal” de terras nas áreas de mananciais é a principal responsável pelo aumento da população na bacia. Isso gera o adensamento populacional e condições de vida bastante precárias à população residente.

Para compreender a formação deste mercado ilegal é importante considerar os seguintes fatores:

1. uma legislação (Leis de Proteção aos Mananciais) altamente restritiva que desvaloriza o preço da terra nas áreas de mananciais;
2. a transformação da terra rural em urbana, de forma a aumentar o seu valor;
3. o parcelamento do solo em lotes sucessivamente menores de até 125 m<sup>2</sup>;
4. a alta procura por moradia por parte da população de baixa renda;
5. a presença de diversos atores (loteadores, vereadores, proprietários, Associação de Moradores) que participam deste mercado paralelo com interesses diversos.

## BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PROJETO

Embu, Cotia, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba – são municípios que, além de terem sua área parcial ou inteiramente inserida no território da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga, também apresentam uma ligação histórica e cultural.

Como ressaltado por Schultz (2006) na publicação “Agenda 21 e Educação Ambiental em Área de Proteção aos Mananciais”, a origem indígena dos nomes dos municípios demonstra que estas áreas foram ocupadas no passado por diversas tribos indígenas (veja quadro p. 15). Foi a partir da “Aldeia de Itapeverica da Serra” que os outros municípios surgiram, com exceção

de Cotia, município mais antigo, que existe desde 1580, depois de ter sido uma Aldeia Carijó. A abundância de recursos hídricos da região era um grande atrativo e um fator estratégico, originando a ocupação do “Planalto de Piratininga” pelos colonizadores.

Nome do município	Significado
Embu	M'Boy = cobra
Itapecerica da Serra	Pedra lisa (ita=pedra, pecerica=lisa)
Embu-Guaçu	Cobra grande
São Lourenço da Serra	Nome de santo (origem portuguesa)
Juquitiba	Terra de muitas águas
Cotia	“Koty” = casa, ponto de encontro
Taboão da Serra	Origem indefinida: tábuas muito grandes que serviam de ponte ou local com muitas taboas, planta comum nos brejos da cidade Fonte: <a href="http://www.taboaodaserra.sp.gov.br">www.taboaodaserra.sp.gov.br</a>

Além da intensa urbanização que os municípios vêm sofrendo nos últimos anos, muitos funcionam como cidade-dormitório da Região Metropolitana de São Paulo.

	1980	1990	2000	2005
<b>Cotia</b>	62.309	99.338	148.519	174.555
<b>Embu</b>	95.076	148.207	207.103	238.891
<b>Embu-Guaçu</b>	20.870	33.946	56.671	70.461
<b>Itapecerica da Serra</b>	60.072	88.844	129.180	162.448
<b>Juquitiba</b>	12.402	18.936	26.388	30.501
<b>Taboão da Serra</b>	98.908	151.949	197.247	220.515
<b>São Lourenço da Serra</b>	----	----	12.145	15.413

Crescimento da População – Fonte: Fundação SEADE

O padrão de urbanização verificado que faz de alguns destes municípios “cidades-dormitórios”, ocasionou resultados bastante negativos e uma falta de oportunidades locais, principalmente para os jovens residentes. Encontrar potencialidades locais como forma de geração de emprego e renda, bus-

cando um desenvolvimento local que não comprometa os remanescentes de Mata Atlântica que ainda existem nestas regiões é um enorme desafio.

Neste sentido aparece o Ecoturismo, uma atividade econômica que tem sido cada vez mais difundida no Brasil e no mundo, para a qual os municípios apresentam enorme potencial, uma vez que possuem em seu território áreas verdes ainda bem conservadas e por estarem tão próximas de um grande centro como São Paulo, são um mercado em potencial. Algumas iniciativas já vêm sendo desenvolvidas em Juquitiba, São Lourenço da Serra, Embu e Itapecerica que atraem o turista de um dia ou de final de semana, que pretende sair da confusão da cidade sem gastar muito tempo em deslocamento. Vale ressaltar a importância desta atividade de forma a potencializar os investimentos em locais de visitação e, sobretudo na formação de mão-de-obra para receber os visitantes, que pode ser também um campo de trabalho para os jovens da região.

### PARQUE DO LAGO – PARQUE ECOLÓGICO FRANCISCO RIZZO: NOSSO CAMPO DE TRABALHO

O Parque Ecológico Francisco Rizzo ou Parque do Lago como é mais conhecido, foi uma das seis áreas de conservação ou parques implementadas pelo Programa Guarapiranga.

Localizado no município de Embu, o Parque do Lago era uma antiga área de exploração mineral, o que causou grande degradação. Com a criação do Parque, houve uma recuperação da área que atualmente compreende uma área de lazer importante na cidade, recebendo muitos visitantes.

O Parque está localizado dentro do perímetro urbano e está próximo de comércio e indústria, numa zona de fácil acesso. O Rio Embu-Mirim atravessa o Parque e é o principal contribuinte da Bacia do Guarapiranga, portanto, ajudando no abastecimento de parte da cidade de Embu. No Parque há um lago central, resultante do afloramento do lençol freático depois que a atividade de extração de areia foi encerrada.

O espaço do Parque serviu não apenas como sede dos encontros, mas também como área de trabalho de campo para as atividades práticas, buscando a vivência da metodologia proposta, de forma que os participantes possam ser multiplicadores em seus locais de atuação.



# O GRUPO DE TRABALHO – GT 1

## FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. (...) Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, RIO-92).*

### INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental encontra-se na pauta das grandes reflexões mundiais desde 1977, quando se realizou a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, Geórgia, antiga União Soviética. As Declarações de Tbilisi, fruto dessa Conferência, constituíram-se num marco histórico para Educação Ambiental (Dias, 2004) e especificaram os objetivos, características e estratégias pertinentes às ações educativas nos planos nacionais e internacionais. Recomendações importantes, inovadoras e revolucionárias fazem parte desse documento capital para a Educação Ambiental (EA), caracterizando a EA como processo permanente na Educação, em todos os níveis e para todas as idades, transversalizado pelos princípios da solidariedade entre todas as formas de vida e relações de equidade, reconhecendo a existência de interdependência entre os meios naturais e sociais.

Entre outros marcos importantes, Tbilisi destaca o caráter interdisciplinar da EA, articulando as diversas disciplinas e práticas pedagógicas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente em suas dimensões natural, sociocultural e ética. Recomenda uma atenção especial da EA dirigida às comunidades, envolvendo os indivíduos em processos ativos de resolução de

problemas no contexto de realidades cotidianas, fomentando iniciativas e o sentido de responsabilidades para com o futuro, adquirindo comportamentos, habilidades e valores eficazes à participação na solução e prevenção dos problemas ambientais.

Em 1987, após dez anos, especialistas em Educação Ambiental, representantes de mais de 90 países, reuniram-se em Moscou, onde se realizou o Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais, organizado pela UNESCO-PNUMA<sup>1</sup>, que destacou a importância das recomendações de Tbilisi, consideradas os alicerces para o desenvolvimento da EA em todos os níveis, dentro e fora da escola. Além de analisar a trajetória da EA desde Tbilisi, o Congresso analisou também as dificuldades e os progressos da EA no âmbito das nações participantes, mas constatou que a gravidade da situação ambiental global não havia diminuído. Contrariamente às expectativas dos dois importantes encontros internacionais de 1972 (Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento, Estocolmo, Suécia) e de 1977, o fosso entre os países ricos e desenvolvidos e os países pobres, periféricos, havia aumentando, e com ele, o aumento da miséria, marginalização, degradação social e degradação ambiental. “Ao contrário, o abismo entre as nações aumentou e as mazelas dos modelos de desenvolvimento econômico adotados se espalharam pelo mundo, piorando as perspectivas para o futuro” (Dias, 2004).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento corroborou as recomendações propostas em Tbilisi para a EA, que transversaliza todos os 40 capítulos da Agenda 21, considerada uma agenda global de princípios para conciliar o crescimento econômico de todas as nações, com a proteção ambiental e justiça social, ou *desenvolvimento sustentável* no Século XXI. A Conferência, RIO-92 como ficou conhecida,

1. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

elaborou o capítulo 36 sobre EA, e reconhece a EA como estratégica para reorientar o ensino formal e informal na aquisição de conhecimentos comprometidos com atitudes e valores para a sustentabilidade.

No entanto, a crítica à contradição da Agenda 21 Global continua sendo a manutenção do eixo técnico-econômico como saída para a crise ambiental. O modelo de desenvolvimento imposto como exemplo às nações “periféricas” continua baseado no lucro e na competitividade. Isto estimula um lado perverso do discurso da sustentabilidade que tem sido a sua apropriação pelo modelo dominante, transformando a “empresa verde” em propaganda para vender mais, portanto, sem modificar radicalmente as bases econômicas e sociais de produção e consumo.

Nesse sentido, a educação para o desenvolvimento sustentável enfrenta a mesma contradição do modelo institucional atrelado às exigências do mercado, à necessidade de colocar o país em condições de “competir” no mercado global, reproduzindo o discurso político-empresarial da qualidade total, eficiência e eficácia, em franca contradição com os princípios da formação continuada em EA – e aqui consideramos esse processo não só para os educadores da rede formal de ensino, mas para as instâncias não-formais e informais de educação – como um projeto e um processo educativo alicerçado em valores de respeito, proteção e solidariedade a todas as formas de vida, na reflexão sobre o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico para a sustentabilidade, e no acesso a condições de vida digna, com justiça social e ambiental para as comunidades.

É preciso destacar, no entanto, que apesar das contradições e obstáculos institucionais e políticos e da insustentabilidade do modelo econômico preva- lecente, o fortalecimento da EA e de sua reorientação filosófico-política e prática tem encontrado no fortalecimento e expressão da sociedade civil organizada a sua maior força de transformação. Ainda na RIO-92, tivemos o Grupo de Trabalho das Organizações Não Governamentais, no Fórum Internacional das ONGs que elaborou o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*,

*Quando cerca de 600 educadores de todo o mundo se reuniram na Jornada de Educação Ambiental para debater e elaborar o primeiro Tratado de Educação Ambiental de que se tem notícia, o desafio parecia impossível de ser vencido. Movimentos sociais e ONGs procuraram ao longo de cinco dias de intensos debates sob as tendas do Fórum*

*Global, resgatar o papel da educação e do educador comprometido com as questões ambientais. O resultado deste intenso trabalho foi transformado em 4 páginas, redigidas em quatro idiomas, adotadas no dia 7 de junho de 1992, pelo Fórum Internacional de Organizações não Governamentais como um dos principais documentos referentes a este assunto existentes na atualidade (www.agua.bio.br).*

O *Tratado* firma a sua posição em defesa do caráter transformador da educação, reconhecendo-a como direito de todos os cidadãos e cidadãs, bem como a potencialidade da EA em contribuir para a construção de sociedades sustentáveis – socialmente justas e ecologicamente equilibradas, e promover maior consciência na conduta dos indivíduos e da coletividade, em prol da qualidade de vida, da consideração e convivência mais harmoniosa entre todas as formas de vida no planeta. Destaca a perspectiva holística da EA, reafirma a importância da interdisciplinaridade como fundamento para o trabalho pedagógico, conclama a integração e articulação entre as culturas de todos os povos, dos governos nacionais e internacionais, empresários, movimentos sociais, ecologistas, étnicos, de gênero, culturais, de agricultores, sindicalistas, associações de bairro, cientistas e instituições de ensino e de pesquisa, educadores e educadoras, instituições e profissionais da comunicação.

No item II do *Tratado*, Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, destacamos o princípio 7 para as reflexões em nosso GT 1:

*A Educação Ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu caráter social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e da fauna devem ser abordados dessa maneira.*

Outro documento basilar produzido ainda no Fórum Global 92, com a participação de mais de 10 mil representantes de ONGs de todo o mundo, foi a *Declaração do Rio ou Carta da Terra*, concebida como um código de ética global para a sustentabilidade do planeta, visto como uma única comunidade mundial, uma sociedade planetária (Gadotti, 2000).

Destacamos na *Carta da Terra*, cuja versão final foi publicada em março de 2000, os quatro princípios fundamentais que direcionam todo o docu-

mento: respeito e cuidado com a comunidade da vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não-violência e paz.

Na tentativa de construir propostas ativas e participativas de educação ambiental continuada, não só no âmbito da escola e para os educadores e educadoras da rede formal, mas envolvendo a comunidade nesse processo, é que buscamos desenvolver a Agenda 21 na educação pautada nos princípios da Carta da Terra e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Buscando responder a esses novos enfoques da educação para a sustentabilidade, a educação ambiental coloca-se no contexto mais amplo da Educação, como resultado dos esforços comprometidos com o enfrentamento dessa *crise ambiental, entendida como crise de civilização* (Leff, 2003) e desenvolve uma visão de mundo, de sociedade e de educação baseada na solidariedade, na ética, na estética e na afetividade como resgates essenciais do processo educativo – *alfabetizar para o mundo* (Paulo Freire), para a sua *leitura crítica*, transformadora, para a elaboração de um *projeto de mundo*. Não há *conhecimento pertinente*, segundo Edgar Morin, se não formos capazes de contextualizar a informação, de globalizá-la, de situá-la em um conjunto. É fundamental à educação articular e organizar os conhecimentos, desenvolvendo a capacidade de conhecer e reconhecer os problemas do mundo.

Nessa perspectiva, a Agenda 21 na escola insere-se no estudo e na pesquisa da problemática socioambiental como estratégia para uma educação ativa, baseada em princípios solidários, e cidadã, pois envolve o bairro, o entorno, o local e a comunidade nesse processo de formação continuada em EA. Isto implica desenvolver relações de aprendizagem coletiva, recíproca, incluyente e, ao envolver diferentes segmentos sociais na sua elaboração, a Agenda 21 pode contribuir significativamente para a prática de novos valores, centrados na ética, no compartilhamento, na co-responsabilidade, e no surgimento de atitudes e habilidades necessárias para enfrentar os problemas postos pela massacrante globalização econômica e cultural.

A possibilidade de exercer o protagonismo no diagnóstico, organização e elaboração de ações em favor da sustentabilidade, tendo como princípios a participação e o diálogo, contribui para o aumento da auto-estima individual e coletiva, com conseqüências positivas para um envolvimento mais efetivo com a recuperação e conservação do meio ambiente e a valorização de todas as formas de vida, representando o pleno exercício da cidadania (Franco, 2006).●

## FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

### GRUPO DE TRABALHO 1 – GT 1

#### Participantes:

Ana de Andrade Barbosa Araújo  
Andréa Celina Roberto de Araújo  
Andressa Scabin  
Ângela Antonieta Ribeiro Valle Silva  
Ângela Maria Bezerra  
Antonia de Maria Alves de Sousa Cruz  
Cirlei dos Santos Sales  
Clécio José Carrilho  
Daniele Rodrigues  
Dulce Lourenço  
Edilaine Rodrigues Cordeiro  
Elenice Mendes Sobrinho  
Eliana Antunes de Souza  
Eunice Barbosa  
Francisco Cardoso dos Santos  
Gisele Guimarães da Conceição

Jaconda dos Reis Milani  
João Batista de Freitas  
José de Moraes  
José dos Santos  
Josias Perreira de Oliveira  
Ligian Mendes Cintra  
Luciana Inforsari  
Luzia de Souza  
Maria Bernadete Machado de Lima Rocha  
Maria Isabel G. C. Franco  
Maria Lúcia Ovídio  
Maria Moreira do Nascimento  
Rachel Eugênia Querido de Assis  
Shirley de Sousa Santana  
Silvana Aparecida dos Santos Dassa

**Facilitadora:** Maria Isabel Franco

**Monitora:** Andressa Scabin

#### O PRIMEIRO ENCONTRO...



Em 14/04/07 iniciamos nosso primeiro encontro do curso *Agenda 21 e Educação Ambiental para a Sustentabilidade - da Teoria à Prática*, com a apresentação dos coordenadores e monitores que iriam acompanhar o projeto. Nossa intenção era já começarmos o trabalho em grupos, desde o primeiro dia, e, para que pudéssemos estabelecer víncu-

los entre os participantes inscritos em cada GT, iniciamos com uma dinâmica de apresentação.

Formamos os GTs temáticos e para cada um distribuimos, entre os participantes, pequenas fichas, com palavras truncadas, que precisariam ser unidas ao seu “par”. As pessoas tiveram alguns minutos para encontrar a sua metade da palavra e, assim, o seu par para formar a palavra inteira. Após se encontrarem “por meio da palavra”, as duplas deveriam se apresentar, cada um contando um pouco de si, além de refletirem sobre a palavra formada com a união das fichas. No final, em roda, cada GT teria um tempo para que as duplas se apresentassem ao grupo, e expressassem suas reflexões sobre o significado de cada palavra para o nosso trabalho individual e coletivo, formulando o que seria o nosso Pacto de Convivência Solidária:

SOLIDARIEDADE, SENSIBILIDADE, PRINCÍPIOS, CIDADANIA,  
INTERATIVIDADE, PRUDÊNCIA, AFETIVIDADE, COERÊNCIA,  
SABER OUVIR, SABER FALAR

Após essa dinâmica de apresentações, convidamos cada GT a percorrer um trecho do Parque do Lago Francisco Rizzo, local que seria o nosso ponto de partida para realizarmos a primeira **caminhada diagnóstica**, para posterior reflexão, discussão e elaboração coletiva de planos de intervenção.

A caminhada diagnóstica do GT 1 começou na lanchonete do Parque, seguiu pelo caminho que margeia o lago até os quiosques, passando pela área gramada no parquinho infantil e a área de piqueniques, retornando pela margem do Rio Embu-Mirim até o viveiro de mudas. Visitamos em seguida o local do posto de entrega de resíduos recicláveis onde a COOPERMAPE - Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu também recebe e comercializa os resíduos trazidos pelos catadores do município; os prédios da administração, e finalizamos a caminhada em frente ao portão principal da entrada do Parque. Nossa missão era observar, analisar, discutir e fotografar os aspectos positivos – **potencialidades** – encontrados no percurso. Ao mesmo tempo, o GT 3, Educação Ambiental e Protagonismo Juvenil, começando pelo lado inverso, percorria o mesmo trajeto, com o intuito de desenvolver as mesmas atividades, mas identificando somente os aspectos negativos – **os desafios**.

Voltando em sala, verificaríamos os diferentes olhares sobre uma mesma paisagem, através da comparação das fotos e das anotações e reflexões dos GTs, assim, as diferentes percepções, de acordo com a intencionalidade da nossa busca. Essa é uma estratégia importante para a compreensão da necessária “mudança de olhar” quando pensamos em sustentabilidade, qualidade de vida e construção de novas relações entre os seres humanos e o ambiente. Um exercício de reconhecimento das potencialidades materiais, paisagísticas, naturais, sociais e culturais da região onde vamos desenvolver nossas atividades, reorientando, de antemão, para propostas pró-ativas, estimulantes da criatividade dos indivíduos e do coletivo envolvido.



## PRIMEIRA CAMINHADA DIAGNÓSTICA – OBJETIVO: VERIFICAR, ANOTAR E FOTOGRAFAR OS ASPECTOS POSITIVOS

- Existência de coleta seletiva envolvendo uma empresa coletora e um ponto de entrega do material reciclável para catadores, o que denota uma preocupação social. Além disso permite que qualquer tipo de material seja comercializado (não somente aqueles com valor de mercado) e a existência de carrinhos e uniformes mostram uma organização e seriedade no trabalho.
- A lanchonete fornece um espaço de integração entre os visitantes do parque, é um ambiente limpo e tem a vantagem de possuir pias para assepsia das mãos.
- A posição dos bancos e das lixeiras permite uma boa distribuição para a utilização dos usuários.
- Beleza cênica do local, principalmente o lago.
- O parque, no geral, apresenta-se bem limpo.
- É um local ideal para levar a família para passear e fazer piqueniques.
- A existência de plaquinhas informativas é importante para que os visitantes se localizem dentro do parque; existem muitos murais informativos que relatam as atividades que o Parque está promovendo, orientações para o uso, o documento histórico e a legislação exposta ao público.
- É possível escutar o som de muitos pássaros diferentes, o que demonstra ser uma região bem arborizada.
- Importante área verde, a variedade de plantas demonstra um planejamento paisagístico.
- Boa infra-estrutura: sanitários; salas para oficinas e terapia; administração; cozinha; bebedouros; estacionamento gratuito.
- O caramanchão com trepadeiras ilustra uma integração natural com a paisagem do Parque, assim como a escolha das cores das construções que têm harmonia com o ambiente, trazendo tranquilidade para quem frequenta a área.
- As pedras utilizadas em alguns trechos de caminhada demonstram a escolha por um substrato que permite maior infiltração da água, evitando o acúmulo em poças.
- A entrada gratuita permite o amplo acesso da população ao local.
- A composteira é uma forma sustentável de deposição do lixo orgânico e um importante instrumento de educação ambiental.
- O viveir

Iniciamos nosso segundo encontro com uma introdução explicativa sobre a dinâmica da Oficina de Futuro e seus objetivos, solicitando que as pessoas que já tivessem participado dessa dinâmica em outro evento expusessem suas impressões e os momentos mais relevantes dessa vivência.

Durante essa introdução enfatizou-se a importância de que o tema do GT1: *Formação continuada em Educação Ambiental* fosse o norteador das discussões, ressaltando que seria importante pensar em todos os agentes envolvidos; porém, naquele momento do trabalho dentro dos GTs, o grupo estaria aprofundando sua discussão em torno da educação ambiental na formação continuada – em que processos, tempos e espaços a educação ambiental se dá? Quem são esses atores? Quem é ou pode vir a ser educador ambiental? Somente professores da escola formal?

Partindo desses questionamentos, a facilitadora solicitou que todos os integrantes colocassem em seus tijolos (tarjetas) aquilo que entendessem como um desa-

ção e não uma limitação para a implantação de um processo de educação ambiental em formação continuada.

Durante o tempo que o grupo teve para escrever os desafios em seus “tijolos”, alguns integrantes tiveram dificuldades e solicitaram a ajuda da monitora para conseguirem sintetizar seus pensamentos em uma palavra ou expressão. Os agrupamentos de palavras e expressões propostas foram:

- Falta de participação e ação
- Falta de paciência e persistência
- Falta de visão dos problemas ambientais e falta de percepção
- Falta de união e cooperação
- Dificuldade de motivação
- Medo do novo
- Falta de identidade com o ambiente

### REFLEXÕES DO GRUPO:

Ao analisar os *tijolos*, o grupo refletiu que os desafios identificados nas tarjetas formam um “muro”, uma verdadeira barreira para se atingir os objetivos da educação ambiental transformadora e desencadear processos de formação continuada em educação ambiental, para educadores formais e não-formais; uma barreira à ação e mobilização dos educadores e da escola, o que faz com que a paciência, persistência e união entre os diversos atores envolvidos sejam imprescindíveis para o desencadeamento do processo.

Esses valores estão muitas vezes ausentes e necessitam se tornar aliados – são ainda desafios a serem transformados em potencialidades no trabalho educativo. Toda essa falta de valores essenciais foi apontada pelo grupo como um dos principais motivos de falta de motivação, que tem ainda que se deparar com um desafio maior que é o medo do novo e a resistência às mudanças, que fazendo as pessoas “travarem, não podendo caminhar”. Além disso, a falta de cooperação e união acaba conduzindo a um aumento do individualismo na resolução dos problemas o que promove resoluções baseadas numa versão parcial da realidade.

Um ponto específico colocado foi o medo de como a mudança será aceita não só dentro da escola, mas com os pais. Nesse momento, um dos integrantes relatou uma experiência de atividade diagnóstica proposta em

seu trabalho, com os pais dos alunos, fazendo-os analisar e refletir sobre um painel de fotos do local (região onde moram), permitindo que resgassem suas origens e as relações afetivas que tinham com o local onde vivem.

O GT 1 finalizou a oficina com uma visão de inter-relação entre todos os desafios e constatou que a solução muitas vezes se encontra no próprio desafio, se modificarmos o olhar – é difícil desvincular o desafio da solução. As palavras que o grupo colocou como desafios/obstáculos representam uma série de valores que remetem à idéia de solução a partir do momento que se troca a “falta de...” por “presença de...”.

### OFICINA: ÁRVORE DA ESPERANÇA

Retomamos as discussões propostas no *muro dos desafios* em nosso terceiro encontro. A facilitadora atentou para a questão de como os desafios que apareceram nesse muro estavam muito centrados em virtudes desejáveis, mas de forma abstrata. Poucos desafios práticos e pontuais foram colocados, além do fato de não aparecerem os sujeitos nas ações propostas. A questão levantada foi: onde estão os sujeitos das ações? Essa falta de identificação do sujeito parece ser o reflexo não só da alienação da sociedade moderna, pautada em sucessivas gestões políticas autoritárias, burocráticas e hierarquizadas (sobretudo na América Latina) com os especialistas-tecnocratas planejando sem a participação popular, mas também de uma cultura de origem histórica em nosso país, escravista e colonialista, que reproduz o modelo da comunidade dependente, à espera da solução que virá sempre dos *entendidos*, de cima para baixo, ou seja, de uma cultura paternalista, patriarcalista.

O grupo tomou como exemplo ilustrativo de nossa participação como sujeitos das transformações a discussão sobre o *consumo* como uma ferramenta de mudança, quando existe essa consciência voltada para a sustentabilidade e co-responsabilidade. Pode-se contribuir dessa forma para quebrar o ciclo de produção predatória, lucro e acúmulo, sempre alimentado pelo consumo supérfluo, desnecessário, fortalecido pela cultura simbólica





do “ter” mais para “ser” mais, marginalizando e empobrecendo milhões de pessoas. Nesse sentido, lembrou-se que a educação pode cumprir um dos principais objetivos anunciados discursivamente que é formar o cidadão crítico, o “cidadão com cidadania”, reflexivo, com conhecimento político e sociocultural.

Dentro dessa proposta, o currículo na educação formal foi discutido como uma possibilidade de se tornar um instrumento de construção de uma *cultura de participação* e para tanto deve ser elaborado através de um *planejamento participativo*, de caráter humanizador.

A partir dessas reflexões, o grupo levantou alguns desafios para a formação continuada em educação ambiental na escola:

- Falta de formação dos professores em educação ambiental;
- A Educação Ambiental deve ser tratada como uma disciplina da grade curricular ou ser trabalhada interdisciplinarmente? Como?
- Dificuldade de inserir a temática e ações educativas efetivas em relação à inclusão social, uma vez que embora a lei regulamente, o professor não é preparado adequadamente para isso.
- A privatização do ensino está prejudicando o ensino público;
- Questionamento: O professor tem autonomia?
- Falta de reflexão na ação. Ações pontuais de educação ambiental, muitas vezes sem conexão com a realidade vivida, sem o local onde a escola está inserida;
- Temática pautada muitas vezes na *informação* sobre o meio ambiente, sem a necessária reflexão crítica, contextualização, inserção social.

A questão das políticas públicas e da responsabilidade de cada um em cobrar seus representantes foi um tópico bastante discutido. O fato de muitas vezes votarmos, mas não fiscalizarmos, reflete uma postura acomodada, que demonstra a real necessidade de maior participação política da sociedade, que deve ir além do voto.

Outro ponto importante levantado nesse terceiro encontro foi a determinação de quais seriam os *tijolos* da base do muro. Segundo o grupo, as ques-

tões mais desafiadoras e que, portanto, representariam os alicerces desse muro seriam:

- Ética profissional e pessoal. Há muita dificuldade para que todos realizem um trabalho pedagógico pautado na ética, já que as atitudes reais estão relacionadas a valores muito pessoais, subjetivos (cultura nem sempre consciente para o educador). Por isso, muitas vezes, a prática pedagógica não reflete o discurso do professor ou a teoria que fundamenta a educação ambiental para a sustentabilidade;
- Conhecimento *versus* informação. O acesso à informação não garante que haja apropriação significativa do conhecimento, nem mudança automática de valores e atitudes;
- Construção de uma cultura de participação. Necessidade de uma educação voltada para a formação, *cidadão de fato*, não o *cidadão de papel*.
- Resgate de valores histórico-culturais. O resgate das *raízes históricas e culturais* permite uma tomada de consciência crítica e aproximação com os problemas da sociedade em que vivemos;
- Projeto político pedagógico que contemple a realidade local.
- Currículo humanizador, elaborado com objetivo de formação do cidadão consciente, capaz de participar em ações de intervenção e transformação social;
- Ação política & Ação social; gestão participativa.

**Construção do texto coletivo “Os desafios para uma Formação Continuada em Educação Ambiental”** – a partir das reflexões acima, o GT 1 construiu um texto coletivo, que trouxe a colaboração de todos os participantes, os desafios e esperanças que todos escreveram, refletindo um pensamento e uma proposta coletiva para a educação ambiental:

*A formação continuada em educação ambiental só será realidade no momento em que formos capazes de ampliar nossos horizontes, valores e respeito mútuo, tornando-nos cidadãos e cidadãs “com cidadania”: políticos, participantes, conhecedores e co-responsáveis. A mudança externa com relação à degradação ambiental que estamos vivenciando só será efetiva e eficaz quando nos tornamos capazes de transformar nossas próprias idéias em ações.*

A mudança de valores e atitudes para a construção de sociedades sustentáveis pode ser enormemente impulsionada pela escola, mas, no ensino formal, o que observamos ainda, em muitos casos, é o oposto. A Educação tem reproduzido os valores de uma sociedade consumista e alienada através de um currículo no qual faltam propostas políticas sólidas e comprometidas com a humanização da sociedade. Por enquanto, o currículo está elaborado por políticas públicas verticais e burocratizadas, e a palavra de ordem para o ensino é formar para o mercado de trabalho, nos moldes de um desenvolvimento econômico pautado na exploração da natureza como recurso, para a produção sem limites.

A função da escola é conscientizar para a transformação, para a construção de novas relações tanto socioculturais quanto ambientais. A educação pode ser transformadora se elaborar currículos e práticas pedagógicas para novas culturas, novos valores e conhecimentos.

O reconhecimento de que as práticas educacionais devem estar impregnadas por saberes que considerem a realidade natural e social como um todo, sua interligação e interdependência. Tais saberes estão na representação cotidiana da coletividade, com seus conhecimentos, valores e cultura, mas que devem ser sempre discutidos e revistos nos espaços da educação formal. Realidade cotidiana e saberes escolares em conexão.

Somos seres pensantes e executantes; multiplicadores. E multiplicar significa expandir idéias, conhecimentos e ideais possíveis de se atingir. Somos atuantes de uma história que não pode continuar sendo reproduzida! Precisamos retomar nossas raízes para ir além.

## **PARTINDO PARA A AÇÃO!**

Em nosso quarto encontro, iniciamos a “roda de reflexões” com a dinâmica do **Bastão que Fala**. Essa dinâmica tem por objetivo promover o diálogo respeitoso, o saber ouvir e compreender “com o coração” a palavra do outro. A facilitadora recordou a importância da conversa em roda para muitos povos indígenas, mostrando que muitas das decisões nas aldeias eram tomadas dessa forma, de modo que havia um bastão enfeitado, construído com muito respeito e um cuidado quase cerimo-

nia, com materiais que representavam os quatro elementos da natureza: **água, fogo, terra e ar**. Sentados em círculo, a representação do movimento contínuo e eterno do cosmos, da vida, onde tudo está conectado, os representantes da aldeia passavam o bastão um para o outro e aquele que possuía o bastão deveria falar “com o coração” e todos os outros deveriam prestar toda a atenção, ouvindo “com o coração”, para alcançar a verdadeira compreensão do outro, valorizando a palavra e a reflexão.



Entregamos o bastão ao grupo, e propusemos que cada um expressasse seu julgamento e sentimentos em relação ao nosso próprio trabalho, enquanto grupo de estudo, nossa temática, às relações que havíamos tecido até então e aos sentimentos individuais. Essa atividade foi bastante emocionante, pois demonstrou a satisfação das pessoas em relação ao trabalho que estava sendo realizado durante o curso, a possibilidade de participar, opinar, refletir, considerando o outro, e elaborando propostas e textos coletivos.

Abaixo, reproduzimos alguns comentários:

“Já estou sentindo algumas mudanças em minhas atitudes”

“Percebo mudanças positivas e negativas - a positiva é que estou refletindo mais sobre minhas ações e a negativa é que fico desmotivada diante da dificuldade que é mobilizar, pois nem todos estão receptivos às mudanças”.

“Uma grande dificuldade que percebo é lidar com a comunidade e mostrar para as pessoas a importância de nosso trabalho”.

“Estou divulgando nosso trabalho para os vizinhos e amigos”

“Sinto que a gente vai conseguir”

“Aqui, nesses encontros, eu me alimento”

“Tenho consciência que devemos ser multiplicadores”

“Esse é um momento de reflexão pessoal e profissional”

“A gente não sabe por onde começar”

“Embora a maioria dos educadores tenha conhecimento, na hora da ação falta a consciência”

“Já estou aplicando os conhecimentos e observando os resultados” - Vereador relata uma ação coletiva para a retirada de lixeiras inadequadas.

“É gratificante estar participando desse trabalho e poder compartilhar com tantas pessoas com vivências diferentes”

“Nos sentimos incapazes diante de algumas situações, como o caso de pessoas que precisam desmatar para terem onde morar”

“Percebo a importância de aprender a valorizar a simplicidade (mudar pequenas coisas de cada vez)”

“Eu sou um ser da natureza”

“Precisamos lidar com nossas expectativas”

“Já fizemos caminhadas diagnósticas com os alunos, na comunidade próxima à escola e depois discutimos com eles os problemas e possíveis soluções”.

“Considerando minha descendência indígena, não posso deixar de citar a importância do resgate histórico-cultural. E de refletir: quem são os *primitivos*? A relação que eles têm com a natureza é algo muito mais saudável que a nossa”.

Em seguida, partimos para a reflexão e elaboração dos **caminhos** para sairmos dos desafios diagnosticados (muro dos desafios) e chegarmos à situação idealizada (árvore dos sonhos) – qual a trajetória entre a realidade atual, constatada, e a realização dos nossos sonhos, desejos?

Realidade	Como Transformar	Desejos
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de formação dos professores em Educação Ambiental</li> <li>- Dificuldade de inclusão social uma vez que embora a lei regulamente, o professor não é preparado adequadamente para isso.</li> <li>- A privatização do ensino está prejudicando o ensino público</li> </ul>	<p>Políticas Públicas para investimento na formação do professor (durante e após a graduação) e de toda a equipe escolar.</p> <p>Valorização da escola pública enquanto patrimônio, conquista social da população.</p>	<p>Garantia de uma formação continuada de qualidade, transversalizada pelas questões ambientais, interdisciplinares por natureza.</p>
<p>A Educação Ambiental deve ser tratada como uma disciplina da grade curricular ou ser trabalhada interdisciplinarmente?</p>	<p>Capacitar a comunidade escolar a compreender o “ambiental” como algo inerente à vida cotidiana e como tal deve fazer parte de todos os componentes curriculares.</p>	<p>Projetos realistas e integrados.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de reflexão na ação.</li> <li>- Necessidade de ética profissional e pessoal.</li> </ul>	<p>Propor discussões dentro das unidades escolares (ação local) que levem à reflexão sobre a ação pedagógica do professor; propor um debate freqüente para garantia de uma formação de qualidade e inserida nas questões socioambientais.</p>	<p>Comprometimento ambiental de todos os atores da sociedade:</p> <p>Uma nova ética ambiental.</p>
<p>O acesso à informação não garante que haja conhecimento engajado, político.</p>	<p>Promover situações em que as informações sejam refletidas em grupo. Exemplos: criação de GTs locais, grupos de estudo e pesquisa na escola, em todas as séries, jornal do bairro, fanzines, rádio comunitária.</p>	<p>Consciência Crítica</p> <p>“Cidadão com cidadania” – participativo.</p>
<p>Necessidade de uma cultura de participação.</p>	<p>Construir o projeto político pedagógico com os professores, pais, alunos e representantes da comunidade, que represente a realidade local.</p>	<p>Pais e comunidades atuantes, sonhos coletivos de transformações.</p>

continua →



ceitos levantados foram: *investigação; exame; relação das pessoas com o local; é o ponto de partida e chegada*. Utilizando os conceitos expressos pelo grupo, uma outra questão foi proposta: O que entendem por **Diagnóstico Participativo**? Nesse momento esteve bastante presente a idéia de co-responsabilidade, de que o diagnóstico deve ser feito com todos os sujeitos envolvidos e que todos têm a mesma importância; além disso, lembrou-se a importância da **caminhada diagnóstica** e as facilitadoras discutiram as funções da equipe de diagnóstico.

Com relação à equipe de diagnóstico, discutimos sobre a função dos **Observadores/Anotadores**. Para executar essa função o Observador/Anotador deve estar atento aos detalhes e às diferentes opiniões expressas durante a caminhada da equipe, deve ter sensibilidade e fidelidade para anotar os diferentes relatos, enquanto que para desempenhar o papel de **mediador** é necessário provocar e ao mesmo tempo tranquilizar o grupo diante de possíveis desafios e conflitos e, acima de tudo, ser um grande **mobilizador/motivador**.

Discutidos e compreendido os diferentes papéis, propusemos que todos os integrantes assumissem as diferentes funções para experimentarem e perceberem com quais papéis mais se identificariam, a fim de entenderem a importância de aproveitar as diferentes habilidades dos integrantes. Nessa primeira etapa todos foram convidados a serem anotadores/observadores, e, em seguida, refletimos sobre a nossa missão.

### **Construindo a missão...**

Um dos nossos objetivos com essa dinâmica era que o grupo construísse coletivamente uma missão e um slogan que definisse o que o grupo pretendia fazer, o que nos unia, qual seria o objetivo comum. Um *slogan* capaz de “vender uma idéia de transformação”. A missão construída pelo GT1, e que forneceu a nossa identidade, foi resumida na seguinte frase:

“Propor ações alternativas de mudança buscando a sustentabilidade”

### **Seguindo para a caminhada diagnóstica...**

Para o GT1 foi escolhida a área que inclui a entrada principal do Parque, seguindo para o local dos brinquedos, a área de piquenique, a parte paralela que margeia o lago e os quiosques. Nessa parte do Parque prosseguimos com a dinâmica da **caminhada diagnóstica**, considerando que cada componente

do GT faria o papel de observador/anotador, anotando todos os pontos considerados importantes para a construção do roteiro de temas.

### **Construindo o Roteiro de Temas...**

Retornando da caminhada diagnóstica, iniciamos a socialização do que foi registrado pelos observadores/anotadores e a construção do roteiro de temas. A finalização do roteiro de temas ficou prevista para o próximo encontro. No entanto, começamos a identificar algumas observações:

#### **Poluição Visual**

Excesso de cartazes, inclusive de propagandas (vendas de casas pela Caixa Econômica)

#### **Sinalizações e informações gerais do Parque**

- não está especificado que a entrada do Parque é gratuita,
- não há maneiras de comunicação alternativa para usuários especiais (com deficiência visual),
- falta de registro histórico da construção do Parque; poderia haver um museu ou maquete sobre a construção do Parque.

#### **Estacionamento**

As áreas de estacionamento são só para carros e motos, não há local para estacionamento de bicicletas e nem ciclovias de acesso ao Parque.

#### **Paisagismo**

Na entrada do Parque poderia haver floreiras.

#### **Parcerias**

O Parque poderia estabelecer parcerias com o poder público, universidades, sociedade civil e empresariado.

### **Preparando para a ação:**

Em nossa sexta oficina, em 28/07/07, o eixo de trabalho centrou-se na temática Formação Continuada em Educação Ambiental (EA). Ao refletirmos sobre a missão do nosso GT, estabelecemos que o objetivo maior estaria em considerar todos os espaços como espaços potencialmente educativos, portanto, importantes para a formação significativa em EA, não só para os alunos da escola formal, da educação infantil à graduação superior, mas para a comunidade, o bairro, tomando-se os espaços de relação como projetos

abertos de análise, ensino, aprendizagem, ampliação do olhar e percepção do entorno, da expressão das relações que uma comunidade mantém com o seu lugar de viver, considerando nesse contexto amplo, o meio ambiente natural e modificado e os condicionantes sociais, econômicos e culturais. Esse seria um exercício coletivo de análise política de um espaço – no caso, o Parque do Lago, de sua história, e a reflexão para a ação a partir do diagnóstico.

### **Retomando o Roteiro de temas...**

Nessa oficina o grupo se subdividiu e, em trios, discutiram sobre os pontos importantes levantados durante a caminhada diagnóstica. Em seguida, cada trio expôs, através de um cartaz, quais foram os pontos comuns e relevantes para que seja feito um projeto de intervenção no Parque. Após a exposição de cada equipe, foi escolhido um representante do GT para fazer a mediação na construção do roteiro de temas, processo que foi realizado com apoio da facilitadora e monitora.

Abaixo segue o Roteiro de Temas construído pelo GT 1:

#### **Vegetação**

- necessidade de identificação das espécies,
- falta de cuidado com as plantas,
- baixa diversidade de espécies,
- necessidade de espécies frutíferas para atrair maior diversidade de fauna.

#### **Trilhas**

- falta de pontos de interpretação para uso educativo,
- falta de educadores ambientais para atender visitantes,
- falta de lazer e brinquedos no parquinho,
- falta de manutenção dos brinquedos e quiosques,
- falta de quiosques para usos variados (oficinas, cursos, etc.).

#### **Histórico da região e do parque**

- Necessidade de um resgate histórico do processo de formação do parque e de divulgação para a comunidade e visitantes.

#### **Deposição de resíduos sólidos**

- muitas lixeiras sem identificação didática para a seleção e coleta dos resíduos.
- necessidade de educação para a deposição correta dos resíduos.

#### **Eventos**

- falta de controle dos impactos provocados pelos eventos promovidos no local.

#### **Projetos políticos**

- Falta política educacional para engajar os espaços e patrimônios do município, assim, o Parque e sua importância histórica como área de recuperação ambiental.

#### **Normas de uso do parque**

- Rever o regimento e expor de maneira clara para que todos os visitantes tenham acesso.

#### **Estética**

- Ausência de cores, tanto nos equipamentos como no planejamento paisagístico – faltaram flores, diversificando o colorido.

#### **Poluição visual**

- Excesso de informações e propagandas, informações do Parque mal elaboradas e com visual pouco atrativo.

#### **Segurança**

- Falta segurança nas proximidades do lago.

#### **Ciclovias**

- Necessidade de construção; seriam um espaço de lazer, exercícios para a saúde e qualidade de vida, inclusive local para a ronda da guarda civil, que utiliza veículo automotor no Parque, oferecendo risco aos usuários, além de ser ecologicamente insustentável, pelo uso de combustível fóssil.

#### **Pavimentação**

- Necessidade de maior permeabilidade.

#### **Placas de sinalização**

- Necessário que sejam mais didáticas e chamativas.



Os itens do roteiro de temas foram divididos em 6 grupos. Foi proposto que para a próxima oficina construíssemos os planos de ação referentes aos desafios levantados no diagnóstico, e organizados no roteiro de temas. Pela falta de tempo para esgotar essa atividade durante a oficina, o GT se dividiu em subgrupos, levando a tarefa de se encontrarem e se comunicarem antes do próximo encontro, para construírem as propostas de planos de ação.

Discutimos, em seguida, algumas estratégias e dinâmicas para trabalhar com o roteiro de temas e com diagnóstico participativo.

Ressaltamos a importância da **entrevista semi-estruturada** envolvendo todos os atores do processo. No caso do Parque, por exemplo, seria necessário ouvirmos a opinião dos visitantes e dos funcionários para depois discutirmos quais os elementos para uma boa pesquisa semi-estruturada: *é importante estabelecer um clima de conversa amigável, no qual as perguntas acabem surgindo naturalmente, mas que haja um fiel relato do que foi discutido*. Dessa forma seria possível coletar informações de diferentes pessoas sobre o tema de interesse e assim comparar as opiniões.

Uma outra estratégia importante para ser desenvolvida após a caminhada diagnóstica constitui-se no **mapeamento participativo**. Fizemos uma simulação de como funciona, visto que a falta de tempo tornou inviável que ele fosse desenvolvido na íntegra, a partir da nossa caminhada.

Refletimos também sobre a dinâmica **Me agrada X Me incomoda**, citada no livro, lembrando e recomendando um aprofundamento no material impresso que utilizamos para o desenvolvimento das nossas oficinas, as orientações para esses procedimentos, a facilidade de aplicar essas metodologias de forma participativa e dialógica, e como elas são interessantes para realização do diagnóstico coletivo e dos planejamentos de intervenções.

## OS PLANOS DE AÇÃO

Após a construção do roteiro de temas e as reflexões e discussões sobre os desafios e potencialidades dos espaços visitados, chegou o

momento de pensarmos em ações concretas, os **planos de ação** para as intervenções possíveis, analisando as prioridades. O GT 1, mais uma vez, se subdividiu em dois grupos, cada um com uma parte do roteiro, que foi escolhida livremente – os subgrupos se formaram a partir dos interesses e motivações comuns em relação aos temas. Com a missão de escolher quais temas seriam prioritários nessa análise, levando-se em conta que já estávamos em nosso penúltimo encontro, e que o próximo evento seria para a apresentação dos projetos de todos os GTs e a avaliação final do processo.

Após novas discussões, agora no interior de cada grupo sobre os temas a serem escolhidos, as duas equipes sintetizaram o roteiro e apresentaram as seguintes propostas: Grupo 1, tema: **Vegetação e Trilhas**; Grupo 2, tema: **Projeto Pedagógico para o Parque do Lago Francisco Rizzo**.

Assim, chegamos ao final do nosso curso teórico-prático e o Grupo de Trabalho 1 Formação Continuada em Educação Ambiental trouxe como reflexão maior desse processo que o cotidiano, os **espaços vividos** de relação e construção de cultura são verdadeiros **laboratórios de ensino e aprendizagem** para a elaboração de conhecimentos, propostas e práticas inovadoras de educação ambiental. Que esses espaços educativos podem e têm mesmo a urgência de serem partilhados entre escola e comunidade, através de pesquisa, conhecimento e ação.

Através da intencionalidade política de participação e engajamento dos educadores e educadoras, a escola extrapola os seus limites institucionais e propicia a construção de raízes e identidades com o local, construindo novas percepções das relações de interdependência de todos os seres – do local ao global e vice-versa, nas conexões contínuas entre sociedade e ambiente: pensar, sonhar, planejar o espaço de vida ao qual pertencemos, estimulando processos de participação e gestão coletiva das cidades. Considerar os parques, os remanescentes de florestas em redor das cidades, os espaços urbanos, as praças, as paisagens diversas e tantos espaços preciosos em todos os municípios, como patrimônios que devem ser incorporados pelas políticas públicas e populações locais, protegidos, e considerados como espaços para a prática permanente e contextualizada da educação ambiental, como uma extensão dos projetos da educação formal, como espaços de formação permanente, conectando o município com os referenciais de sociedades sustentáveis.

## Planos de Ação Tema 1: Projeto Pedagógico para o Parque do Lago

<b>Estamos de acordo que os principais problemas para a intervenção socioeducativa e ambiental são, por ordem de importância:</b>
1. Sistema de implantação de uma política educacional para o Parque do Lago Francisco Rizzo.
2. Ampliar o número de funcionários e técnicos do Parque.
3. Organização do sistema de informação sobre a utilização do Parque.
4. Melhorar o sistema de lixeiras do Parque, tornando-as mais educativas e didáticas; necessidade de uma proposta educativa para a deposição correta do lixo.
5. Organizar e melhorar o sistema de recuperação e preservação do Parque.
6. Criar um espaço informativo no Parque (espécie de museu) incluindo um vídeo institucional de toda a recuperação do espaço.
7. Discutir e ampliar as normas de criação do Parque, para Parque Ecológico e não Urbano, pois em seu regimento consta como Parque Ecológico.

### Equipe 1 - Planos de Ação

- 1. Descrição da ação:** Sistema de informação sobre normas de utilização do parque (visitantes, excursões e eventos); propor para as escolas visita monitorada (viveiro, árvores nativas, trilha, lago e outros);
  - O Parque se tornar parte do Projeto Pedagógico da Educação Municipal de Embu;
  - Recolhimento do lixo gerado: lixeiras educativas e em pontos estratégicos;
  - Conservação ideal do espaço ecológico (oficinas, rodas de conversas e cursos para a comunidade/usuários, com propostas socioambientais);
  - Painéis científicos/informativos sobre os resíduos, seus impactos ambientais e qualidade de vida e potenciais de transformação);
  - Criação de uma sala-museu com a história do Parque e as maquetes existentes; construção de outras com material reciclado;

continua →

- Placas identificando as árvores e demais plantas com dados informativos sobre as espécies e sua conexão/interdependência com a avifauna local e de Mata Atlântica;
- Recuperar o espaço com árvores nativas, ornamentação com flores das quatro estações, brinquedos do Parque mais coloridos e dentro das normas da ABNT.

### 2. Benefícios esperados:

- Maior consciência ambiental da população;
- Possibilitar a alfabetização ecológica dos usuários;
- Que o Parque se torne um local da apropriação do conhecimento e vivência socioambiental;
- Contato do homem com a natureza, proporcionando maior qualidade de vida.

### 3. Recursos humanos necessários:

- Educadores ambientais;
- Pessoal técnico-pedagógico (especialistas ambientais, pedagogo, botânico);
- Jardineiro;
- Catadores da cooperativa;
- Estagiários;
- Rede de voluntários.

### 4. Pessoas disponíveis (na comunidade escolar e fora):

- Educadores conscientes e envolvidos;
- Voluntários;
- Ecologistas e simpatizantes;

### 5. Técnicos e profissionais:

- Agentes e/ou Educadores Ambientais;
- Engenheiro ambiental;
- Jardineiro;

continua →

- Administrador;
- Pedagogo;
- Monitores ambientais;
- Especialista em resíduos.

#### 6. Materiais necessários:

- a) Materiais disponíveis - maquetes, pesquisa e fotos antigas do Parque; Lixeiras existentes (precisa melhorar as informações), viveiro de plantas, computador.
- b) Materiais a adquirir - material para as placas (madeiras, placas de ferro).

7. **Recursos econômicos necessários:** formar uma equipe para orçamento e acompanhamento do uso dos recursos (conselho fiscal).

8. **Oportunidades:** motivação dos alunos/professores/comunidade

- Parque área de lazer da comunidade,
- Parque como espaço de formação ecológica,
- Local de discussões socioambientais e de vivências, envolvendo e mobilizando a população de usuários.

9. **Dificuldades:**

- Uma política pública voltada para preservação do Parque quanto espaço ecológico, de formação, vivência e lazer da comunidade. Estabelecer Parcerias.

10. **Período de implantação:**

Início a partir de março de 2008

11. **Nível de prioridade:**

- Monitores no parque;
- Melhorar as lixeiras;
- Momentos educacionais sobre o uso do Parque.
- Ampliar uma página no site da prefeitura sobre o parque.

Sugestão do grupo: Apresentar esse documento, resultado coletivo do curso, em audiência pública para as autoridades e munícipes no próprio Parque.

## Equipe 2 - Plano de Ação: MUSEU

### Objetivos:

- a) Trazer aos usuários a história do Parque, desde a degradação, até a luta popular para a recuperação da área, aos dias de hoje, situação atual.
- b) A conscientização dos usuários e a mudança de sua relação com o Parque – usuário cidadão, co-responsável pela manutenção. Sensibilizar o Poder público, ONGs, líderes comunitários.
- c) Sensibilizar o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM, para a gestão integrada e colaborativa do Parque.

### Ações:

Recursos humanos necessários:

- a) Buscar o apoio dos gestores escolares e líderes do bairro;
- b) Pessoas com conhecimentos específicos para um estudo diagnóstico sobre a área do Parque, para implantar o uso sustentável (técnico do Instituto Florestal).
- c) Verificar se existe um Conselho Gestor no Parque.
- d) Envolvimento do poder público, trabalho integrado com a visão socioambiental (lazer, saúde, educação e meio ambiente)

### Materiais disponíveis:

- a) Elaborar um levantamento dos materiais e recursos existentes;
- b) Fotos, documentos antigos, reportagens, acervo da prefeitura e Sociedade Ecológica Amigos de Embu; levantamento de todo material existente sobre a história do local;
- c) Pesquisar arquivos de jornais locais;
- d) Pesquisar e solicitar doação de móveis, bancadas, materiais (sustentáveis) para a construção de maquetes;
- e) Local: já existe a sala de maquetes, disponível no próprio Parque;

continua →

### **Materiais complementares – a adquirir**

Móveis, bancadas, quadros, painéis feitos com madeira reciclada, vidros para proteção dos documentos (fotos antigas, artigos, etc.).

### **Investimentos financeiros necessários, públicos e privados:**

1. Investir em capacitação de monitores ambientais, artesãos, vidraceiros, marceneiros.
2. No museu, o resgate e sistematização da história do Parque;
3. Em curto prazo, estudo exploratório, apresentação e discussão na câmara.

## **Planos de Ação - Tema 2: Vegetação e Trilhas**

### **Estamos de acordo que os nossos problemas ambientais são, por ordem de importância:**

1. Reconhecer as espécies existentes no parque, de modo a caracterizar os espécimes mais corretos e pertencentes ao ambiente local. Avaliar a viabilidade das mesmas para as atividades do parque (trilhas, áreas de camping), incluindo análise da área alagada, às margens do Rio Embu Mirim.
2. Realizar levantamento do ecossistema local, tendo como base as alterações antrópicas do ambiente, a fim de definir as espécies corretas e aptas às características físicas do Parque e próximas ao Parque, permitindo uma arborização coerente, bem como definir áreas prioritárias – margens do lago e área da várzea.
3. Definir caminhos, acordos, apoios, financiamentos, doações ou mesmo a produção das espécies catalogadas para o plantio; rever e reestruturar a capacidade de geração de compostagem já existente no parque.

## **Plano de Ações**

### **1. Descrição da ação:**

Reconhecer as espécies existentes de forma a caracterizar os espécimes corretos e pertencentes ao ambiente local, assim avaliando, por consequência, a viabilidade das mesmas para as atividades do parque (trilhas, áreas de camping), incluindo análise diagnóstica da área alagada às margens do Rio Embu Mirim.

### **2. Benefícios esperados:**

Reconhecer as espécies arbóreas do Parque, caracterizando a qualidade e a preservação dos espécimes catalogados. Identificar os locais para o plantio e/ou replantio. Manter e recompor a mata ciliar na várzea do Embu Mirim. Propor espaços para as trilhas ecológicas.

### **3. Recursos humanos necessários:**

Biólogos, engenheiros ambientais, geólogos, geógrafos, técnicos, moradores da comunidade, educadores.

### **4. Técnicos e profissionais:**

Identificar nos órgãos públicos, aqueles profissionais que têm potencial para colaborar na execução da ação (Secretarias, órgãos estaduais e federais).

### **5. Materiais necessários**

- a. Materiais e recursos humanos disponíveis: Viveiro e funcionários do Parque. As demais funções e materiais deverão ser identificados com o desenvolvimento do processo.
- b. Materiais a adquirir: Sistema de irrigação, utensílios de jardinagem, placas de identificação das espécies.

### **6. Recursos econômicos necessários:**

Os recursos serão identificados posteriormente, por meio das análises técnicas.

continua →

### 7. Oportunidades: motivação dos alunos/professores/comunidade:

Trazer grupos escolares que colaborem no plantio, manutenção e conservação do plantio das espécies, bem como nos processos de análise técnica, de modo a constituírem uma relação ensino-aprendizagem como forma de aprendizado.

### 8. Dificuldades:

- Apoio dos órgãos públicos, recursos financeiros.
- Acesso e interesse da comunidade.
- A características físicas do ambiente.

### 9. Período de implantação:

A partir do momento que tivermos os profissionais capacitados e os materiais necessários.

### 10. Nível de prioridade:

Sensibilizar, informar e mobilizar a comunidade, propiciando espaços para exercitar a sua participação e o poder de transformação.

### *Alguns Momentos...*



# O GRUPO DE TRABALHO – GT 2

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

*Revisão de conceitos, valores, percepções e atitudes no nosso cotidiano são bases para uma sociedade mais equilibrada e saudável.*

Há mais de duas décadas as discussões acerca dos limites físicos do Planeta passaram a ter mais destaque e valor. Pouco a pouco estas discussões e reflexões têm se manifestado em ações. Muitas destas ações não partem do poder público ou dos administradores. Elas advêm, na sua maioria, das bases, ou seja, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais.

Grande parte dessas novas posturas têm como objeto de partida alguns conceitos teóricos. Entre eles podemos destacar a **sustentabilidade**. Esse pensamento tem algumas origens bastante interessantes e propositivas. O fortalecimento dessas idéias e revisões de valores se deu a partir de crises sociais e econômicas, ambas referendadas pela maior das crises, a ambiental.

Se tivermos um ambiente sem condições de manter a continuidade de vida humana, ou se tivermos um ambiente no qual os recursos estão escassos, a humanidade perde suas condições de sobrevivência e de geração de renda. Tais condições passaram a ser mais perceptíveis e divulgadas após a conferência internacional intitulada **Clube de Roma**, que ocorreu em 1968. Lá, os países desenvolvidos discutiram alguns limites planetários até então conhecidos e algumas conseqüências do modelo desenvolvimentista adotado até aquele momento da história.

Tais discussões passaram a ter repercussão não somente no campo científico, mas também no cenário político e econômico, além do universo biosférico, onde tais limites já faziam suas vítimas. Florestas inteiras já haviam desaparecido, diversas espécies de seres vivos já haviam sido extintas, tantas outras na lista das ameaçadas, a poluição e a contaminação ambiental sendo difundidas como prática aceitável na cadeia produtiva, diferenças entre classes sociais cada vez mais fortes, segregação técnica, cultural e socioeconômica, escassez de recursos e o modelo consumista se difundindo ao redor do mundo. Estes eram alguns dos ingredientes para reflexões sobre os padrões que a humanidade tinha como

o modelo ideal, porém com um final anunciado devido aos tantos limites naturais. Um outro modelo de sociedade e de relação com o Planeta necessitava entrar nas agendas econômicas, políticas, produtivas e sociais.

Sendo assim, no início da década de 70, vários cientistas e atores sociais se puseram a pensar e construir novas referências para a sociedade humana, buscando algo mais harmônico.

Entre essas personalidades, podemos destacar o economista Ignacy Sachs, mentor da teoria do Ecodesenvolvimento e a ex-primeira ministra da Noruega Gro Brundtland, que coordenou a comissão Brundtland, que escreveu o Relatório “Nosso Futuro Comum”, o qual culminaria na formulação do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”. Em resumo, desenvolvimento sustentável diz respeito “aquele modelo de sociedade que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991).

Ambas referências diferiam em algumas questões, mas discorriam sobre novos hábitos ligados à promoção econômica, preservação ambiental e participação social. O Ecodesenvolvimento de Sachs buscava fortemente reduzir a dependência política, tecnológica e cultural dos países menos desenvolvidos. Seria uma articulação para minimizar as desigualdades entre os países. A Comissão Brundtland tinha várias idéias em comum, porém com um viés menos emancipador, valorizava mais o lado econômico e tecnológico (Lima, 2004).

O termo desenvolvimento sustentável passou a prevalecer sobre o eco-desenvolvimento, mas tal conceito já nasce sofrendo críticas, pois desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, os países pobres continuam a defender que suas necessidades de desenvolvimento e de superação da crise social



são demandas mais relevantes que a preservação ambiental, enquanto que os países ricos priorizam a manutenção de seus índices de crescimento econômico e de seus padrões de consumo (Lima, op cit).

Tais posturas político-econômicas ainda vinham acompanhadas de um discurso sobre a responsabilidade pelos desafios socioambientais. De modo geral, os países pobres culpavam os países ricos pela maior parte da degradação do Planeta, promovida por seu modelo predatório de crescimento, e transferia para eles as iniciativas e os investimentos necessários à sustentabilidade. Os países ricos, por sua vez, viam o crescimento populacional e a poluição gerada pela pobreza como os principais motivos do problema e resistiam a todas as sugestões que pudessem representar limites à sua expansão econômica.

A tentativa de dissolução de tais “nós” pode ser vista a partir da Conferência Eco-92 (UNESCO), quando surge a proposta da **Agenda 21** como uma ferramenta de interlocução e articulação entre os diversos segmentos da sociedade, para que juntos percebam seus desafios em diversas esferas e juntos busquem soluções para os mais diversos desafios. Tal proposta cabe em diversos níveis da sociedade, o que nos ajuda a olhar nossos desafios de maneira bastante ampla ou olhá-los pela sua particularidade.

Esta é uma estratégia de fortalecimento da sociedade civil, elemento fundamental na mudança de padrões, valores e referências. O conceito de sustentabilidade ganha novo significado quando usado nas comunidades, pois pressupõe fortalecimento da visão crítica, da sua articulação e o do seu potencial de intervenção, buscando a emancipação do cidadão pelo conhecimento e exercício do protagonismo, e a transformação das relações sociais e com o ambiente. ●



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

### GRUPO DE TRABALHO 2 – GT 2

#### Participantes:

Alexssandra Aparecida Alves de Lima  
Ana Cristina Rodrigues  
Andrea de Sá Barbosa  
Catarina Arantes Ramirez Fuentes  
Cesar dos Santos Pegoraro  
Claudia de Miranda Leite Chaves  
Cleuza Borges de Brito Manes  
Daniela Zanelato  
Denis Robson Rodrigues  
Dionizia Nunes da Silva  
Egli Filiaci  
Fatima Regina Thiago de Salles  
Fernanda Cristina Silva de Campos Luiz  
Gilmara Bispo de Oliveira  
Helena Regina de Oliveira  
Irene dos Santos Minotelli Chagas

Leonora Santana da Silva  
Lucas Blaud Ciola  
Luciana Pinheiro Santatana  
Maria Aparecida Prado de Oliveira  
Nanci Leal de Souza  
Priscila Lucatelli Prata  
Priscila Souza Silva  
Raul Guastini Filho  
Raul Victor do Valle Moreira  
Roberta Andrea Santos Mesquita  
Rosangela Aparecida de Almeida Luz  
Rosangela Maria da Silva  
Silvana Arruda  
Simone Lemos Nunes de Oliveira  
Vilma Bitencourt

**Facilitador:** Cesar Pegoraro

**Monitor:** Lucas B. Ciola

#### A SUSTENTABILIDADE DA TEORIA À PRÁTICA

Mais do que compreender o conceito, cada ser humano deve se sentir como parte dele, procurando buscar novas atitudes em cada um dos seus atos. Devemos refletir sobre a situação que temos, o que podemos propor de diferente, como fortalecemos esta rede de comunicação, como intervimos nas realidades observadas, como ser mais cidadãos. Tais reflexões foram constantes ao longo das oficinas do Grupo de Trabalho Educação e Sustentabilidade (GT 2).

A educação ambiental não é, portanto, uma “forma” de educação (uma “educação para...”) entre inúmeras outras; não é simplesmente uma “ferramenta” para a resolução de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social : a da relação com o meio em que vivemos, com essa “casa de vida” compartilhada. A educação ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles. (Sauvé, 2005)

A educação deve ser vista no seu sentido mais amplo. A educação enquanto vida, convívio, troca de percepções e conhecimentos, construção de novos raciocínios e reflexão sobre nossos papéis. Portanto a educação jamais deve ser vista como responsabilidade somente da escola ou do Estado. Todos nos educamos e somos educados ao mesmo tempo.

A sustentabilidade passa por uma reeducação do olhar, da percepção, da criticidade.

Discutir o conceito foi o ponto de partida para entender qual seria o nosso papel. Como cada um encara as potencialidades e os desafios ligados a este tema? Como este assunto cabe no meu dia-a-dia? Será que a sustentabilidade é factível?

Estas indagações servem para ampliar as análises, mostrando como necessitamos de novos paradigmas no cotidiano. Se acreditamos que a sustentabilidade é a chave para uma sociedade mais harmônica e saudável, devemos analisar como podemos ter atitudes individuais e coletivas mais sustentáveis.

O estilo de vida consumista amplamente apresentado pelos meios de comunicação como sendo sinônimo de felicidade, agrava-se cada vez mais o meio ambiental natural e social. A vida baseada no consumo e descarte, eixo do modelo industrializado, tem apresentado diversas razões para questionarmos a sua viabilidade. Se sabemos dos limites da Terra, como podemos acreditar que nunca se esgotarão as fontes de matéria prima? Será que todos os materiais descartados não trazem nenhum tipo de contaminação? Haverá bens de consumo para toda a humanidade? Todos terão acesso? Há

necessidade de consumirmos tantas coisas? Ou isto é apenas uma estratégia do mercado para expandir o consumo a qualquer custo? Eis alguns questionamentos que podem nos ajudar a compreender mais sobre o conceito sustentabilidade. Há muitas outras possibilidades de perguntas. Há muitas pessoas debruçadas em teorias e estudos. Nosso desafio é estimular mais e mais pessoas a refletirem sobre tais questões e passarem a adotar novas práticas no seu cotidiano. Todos são importantes na mudança dessas culturas autodestrutivas que estão ditando regras para as pessoas.

Várias metodologias e atividades ajudam os cidadãos a tomarem mais contato com as realidades, tanto do ponto de vista dos desafios, como das potencialidades contidas em cada realidade analisada.

Uma atividade que enriquece muito nossa percepção sobre os contrastes de uma comunidade ou região é a **caminhada diagnóstica**. Este grupo, o GT 2, fez a sua primeira caminhada pelo Parque do Lago em 14/04/07, a fim de identificar **desafios** presentes no local. No mesmo momento, um outro grupo realizou o mesmo trajeto, porém identificando as **potencialidades**. Este exercício resultou em grande contraste nas percepções da mesma paisagem. Ao compararmos as anotações dos dois grupos, pudemos perceber que não há apenas “desgraças”, problemas, dificuldades, qualquer que seja o local – há também muitas questões positivas que podem ser melhoradas e multiplicadas. Este foi um momento muito interessante para troca de percepções, já que o grupo foi orientado a permanecer junto e parar para refletir coletivamente, toda vez que se identificasse algo que chamasse a atenção.



## Caminhada diagnóstica

### Agenda 21 e Educação Ambiental para Sustentabilidade

A Caminhada Diagnóstica do GT2 começou no largo de entrada do Parque do Lago Francisco Rizzo. O grupo entrou por dentro da área gramada, entre o parquinho das crianças e o viveiro de mudas, retornando pela pista que contorna o lago. Com um bom índice de participação de todos, carregava consigo a missão de procurar, analisar, discutir e fotografar aspectos negativos encontrados no percurso.

Entre os aspectos negativos, os mais destacados pelo grupo seguem abaixo:

1. Lixo no chão: primeiro e típico aspecto de qualquer ambiente público
2. Um pote com água intrigou a todos: água do cachorro ou da dengue?
3. Falta de sinalização, havia árvores e lixeiras, mas e suas respectivas sinalizações?
4. Levantou-se o fato de que por ser uma área próxima do rio deveria haver mais mata ciliar e não só um gramado com algumas árvores, parte delas exóticas.
5. No viveiro encontramos um irrigador aspersor, método não tão econômico para o uso racional da água.
6. Escritos nas árvores, destoando com a paisagem da natureza (a chamada “tatuagem da árvore”)
7. Uma polêmica surgiu no grupo: plantar ou não plantar árvores exóticas no Parque? Eucalipto, Pinus, Spatódia?
8. Havia lixeiras, mas o grupo ficou em dúvida se ocorria ou não a coleta seletiva, pois não estava sinalizado, não tinha essa informação. Também estavam descobertas, vulneráveis ao acúmulo de água em caso de chuva.
9. Foi encontrada uma torneira pingando - desperdício de água.
10. Próximo à margem do Lago foi encontrada uma cerca quebrada, dando livre acesso ao lago e logo em frente uma placa no chão contradizendo sua própria informação.

Ao longo da caminhada coletamos um saco de lixo a fim de recolher uma “amostra concreta” dos aspectos negativos encontradas no Parque.

Este contato inicial serviu para o grupo se reconhecer e para identificarmos nosso objeto de estudo e análise dali por diante, o Parque do Lago. Tal espacialização foi necessária, pois os diversos participantes deste curso advêm de sete municípios e seria impossível atuarmos em cada um destes locais, então a adoção do Parque como nosso território de estudo permitiu que tivéssemos uma área delimitada, onde todos analisariam, todos conheceriam e fariam propostas. Foi um exercício prático em um local novo, a fim de que tomassem contato com metodologias de fortalecimento comunitário, e que estas fossem replicadas nos locais de origem de cada um.

Identificado o espaço onde faríamos nossas intervenções, iniciamos nossa dinâmica de trabalho pela **Oficina de Futuro**, em 05/05/07. Tal atividade apresenta três momentos específicos. O primeiro deles é a “construção” do **Muro dos Desafios**. Munidas de tarjetas (tijolos) e canetas, as pessoas fazem suas críticas, apontam problemas e desafios ligados ao tema do GT, neste caso, a sustentabilidade. Por que não temos sustentabilidade?

Várias foram as contribuições apresentadas. Para facilitar a organização das contribuições, fizemos um exercício de agrupar as tarjetas, quando possível, pelos assuntos abordados.

Os assuntos mais polêmicos e mais conhecidos por todos apareceram várias vezes, permitindo maior reflexão de como estão relacionados à sustentabilidade. Os principais temas foram:

- 1- Lixo, reduzir desperdício, consumir sem poluir, reciclagem, reaproveitamento;
- 2- Conscientizar, percepção, consciência ambiental;
- 3- Mudar hábitos do ser humano, respeitar o planeta, repartir;
- 4- Coletividade, envolvimento, falta de participação.

Além disso, tivemos algumas contribuições que não se enquadraram em nenhum tema e foram deixados como os temas correlatos, ou seja, aqueles que estão ligados aos demais. Entre eles: Economia, equilíbrio, não esquecer o ser humano, desigualdade de oportunidade, definição de atributos nos



cargos, espaço para horta comunitária. Todos estes temas foram também discutidos.

Feita a reflexão dos nossos desafios, passamos ao momento de sonhar um local diferente deste que acabamos de (re)conhecer. Da mesma maneira que “construímos” o muro, passamos a colocar as folhas na nossa Árvore dos Sonhos.



O que precisamos para ter sustentabilidade?

Mais uma vez, agrupamos as tarjetas (em forma de folhas) que contivessem temas similares, a fim de montarmos “galhos” de temas.

- Galho 1 - Harmonia e beleza.
- Galho 2 - Respeito, justiça e igualdade.
- Galho 3 - Rede de esgoto separada dos rios, manejo sustentável.
- Galho 4 - Reencantamento, visão, esperança.
- Galho 5 - Um por todos e todos por um; valores coletivos acima dos individuais; cada um responsável pelo todo; união; autoconsciência da vida; solidariedade.
- Raízes da nossa árvore: “Amor ao próximo e ao Meio Ambiente. Pois se não amarmos o semelhante como vamos amar o diferente?”

Interessante analisar que nas discussões para a formulação da nossa árvore, as atitudes e valores citados se contrapõem aos sentimentos presentes no muro e seus tijolos.

Para superar este desafio é necessário, conforme está presente na raiz da árvore, que primeiro enxerguemos o ser humano como parte da natureza e não dissociado dela; afinal, desde a existência de nossa espécie, estamos em relações interdependentes e recíprocas com o meio ambiente, compondo uma cadeia alimentar e um ecossistema. Portanto estamos na rede da vida!

A análise deste exercício evidencia que estamos diante de dois pontos opostos, ou seja, uma situação real cheia de desafios e do outro lado, um mundo de sonhos, cheio de coisas desejadas. Passamos à próxima etapa deste exercício: pensar em conjunto qual ou quais caminhos nos conduzirão a um mundo melhor para todos?

*Começamos a perceber que a Terra é uma comunhão de sujeitos e, não, uma coleção de objetos. Apenas uma economia orgânica pode sustentar a si mesma e ao planeta no qual moramos. Este elo interior entre o ser humano e todas as demais realidades naturais é o que torna a Terra uma comunidade integral e única, na qual todos viverão ou morrerão juntos, prosperarão ou empobrecerão juntos. Ainda há espaço abundante para o homem e suas tecnologias, mas unicamente aquelas que são coerentes com o desenvolvimento da Terra. Pode não haver futuro para uma civilização que, em nome do próprio sustento, esgote cada recurso natural (Thomas Berry).*

O passo definido pelo grupo, dentro deste exercício, foi o de juntar mais atores na comunidade. Acreditam que esta caminhada deva ser feita pela coletividade. Somar esforços e sonhos pode ser mais interessante e ter um maior poder transformador. Pelo fato de termos muitos educadores da rede de ensino neste GT, o caminho apresentado foi o de envolver os pais durante as reuniões de pais e mestres, abrindo também tais encontros para as lideranças comunitárias e funcionários da escola. Esta foi uma possibilidade encontrada para iniciar a busca de caminhos para encurtar a distância existente entre os dois extremos do exercício, o Muro e a Árvore.

Como esta vivência se propõe a ter um caráter de experimentação, os participantes foram convidados a adotar uma parte do Parque, tendo a responsabilidade de analisar tal região, trocar percepções sobre a mesma, pensar em caminhos para a transformação deste espaço e, diante disso, criar um plano de ação para esse local. Tal proposta passou a ser uma contribuição destas pessoas para um Parque mais integrado e sustentável. Cidadania também é isto, analisar os espaços e contribuir com a sua transformação.

O espaço reservado para este GT foi a área próxima ao prédio da Administração, no entorno do prédio da Divisão de Educação Ambiental, Galpão da Coleta Seletiva (Cooperativa - COOPERMAPE) e viveiro de plantas. Em caminhada analítica neste local, pode-se ponderar sobre inúmeras questões. Notamos como é fácil observar os pontos negativos. Somos “treinados” para isto! Em nossa cultura isso é mais difundido e nesta saída ficamos atentos aos aspectos positivos também. Os temas observados e discutidos foram:





- Lixo na canaleta,
- Latas de lixo mal posicionadas ou mal informadas,
- Mural com informações como local educativo,
- Salas com informações decoradas,
- Possibilidade de irrigação por gotejamento de pet nas hortas,
- Sinalização ao freqüentador insuficiente

(árvores e resíduos),

- Subutilização do viveiro.

Os pontos observados nesse exercício para troca de percepções e despertar da visão crítica, foram a base da nossa próxima experimentação: elaborar o roteiro de temas.

Quando organizamos as nossas observações de campo, passamos a ter um “cardápio” de possibilidades de intervenção no espaço. Os temas podem ser mais ou menos detalhados; podemos agora ter uma visão mais sistematizada do nosso espaço, o que necessitamos transformar e o que precisamos manter. Para a área do Parque que esse GT ficou responsável, o roteiro dos temas analisados foi:

### 1- Infra-estrutura

- 1.1. Bebedouros
- 1.2. Utensílios dispersos no parque (maquete, luminária, vasos, lixeiras)
- 1.3. Divisórias (cercas, alambrados, arames, divisória de bambu)
- 1.4. Sinalização (quadro de avisos, placas informativas e educativas)

### 2- Vegetação

- 2.1. Arborização (bambu, Agroflorestas, Nativas)
- 2.2. Canteiros (hortas, temperos, medicinais, viveiros)
- 2.3. Jardinagem (ornamental, paisagismo)

### 3- Campanhas

- 3.1. Coleta seletiva de resíduos
- 3.2. Uso racional da água
- 3.3. Higiene nos banheiros

Essa organização nos permite analisar como esses temas interagem, o que é prioritário, e a partir daí, pensaremos quais serão as propostas a serem feitas, com quais recursos (material e humano), quais os prazos e como daremos seqüência às atividades no espaço.

Com base nas informações organizadas pelos participantes do GT, foram criadas propostas. Tais propostas foram feitas com alguns critérios como a executabilidade da proposta, ou seja, qual o grau de limite para que seja realizada? Outro ponto importante é a relevância da proposta. Será que o que estamos propondo será importante? Ou será que é apenas para “fazer algo”? Outra questão analisada para a construção das propostas é quais segmentos serão envolvidos? As pessoas se apropriarão e participarão da atividade?

A análise destas questões é importante, pois devemos evitar criar projetos que sejam muito custosos, tanto em recursos financeiros, quanto em recursos humanos. Isso pode dificultar a execução e dispersar o grupo que estava mobilizado. Outra análise diz respeito à intervenção ser construída e realizada em equipe. Isto aumenta as chances de sucesso, pois as pessoas se sentem importantes tanto na concepção quanto na efetivação do projeto, aumentando sua auto-estima e satisfação. Acreditamos que outro fator decisivo num planejamento de ação seja a importância daquilo que estamos propondo. Será que com esta intervenção contemplaremos o maior número de pessoas? Esta atividade terá utilidade para várias pessoas? Trará melhorias efetivas para o local? Ajudará o grupo a se fortalecer e continuar suas intervenções? Tais reflexões ajudam a decisão do grupo sobre que ação poderá ser feita, em que momento, com que recurso, para alcançar qual objetivo. Esses pontos já nos servem de base de avaliação posterior. O que conseguimos? Ajudou? Como foi a atividade?

Com os temas definidos e as reflexões feitas, o GT partiu para a construção dos planos de ação. Neste exercício, passamos a elaborar a proposta de forma mais detalhada, expondo os vários passos para a execução da intervenção. Por se tratar de um exercício, as intervenções propostas pelo GT serão aceitas como sugestões pelos gestores do Parque a fim de torná-lo um local mais sustentável e integrado.



O **Plano de Ação** ficou dividido em dois grandes temas: comunicação e educação. Foram elaboradas propostas para várias atividades, onde foram contemplados quase todos os temas apresentados no roteiro. Como o roteiro de temas funciona como “cardápio”, pode-se voltar a ele outras vezes para rever temas que ainda não foram trabalhados e propor novas ações.

## 1 – Campanha: Sensibilização

Objetivo: Melhorar a separação dos resíduos dentro do Parque e aumentar a arrecadação de recicláveis

Como	Executor	Público alvo	Prazo
<b>1.a</b> - Trocar os recicláveis por alimentos orgânicos cultivados na horta e mudas de árvores	COOPERMAPE (troca de materiais) Funcionários do Pq e estagiários (produção de mudas e alimentos) Administração do Pq (Infra-estrutura)	Sociedade civil Frequêntadores Catadores Escolas (municipais, estaduais e particulares)	1º semestre de 2008
<b>1.b</b> - Promover oficinas de teatro, grafite e artesanato com a temática coleta seletiva	Oficineiros (artistas locais) Estagiários e voluntários Administração do Pq Sec. da Cultura Rede de Ensino (Municipais, estaduais e particulares)	Sociedade civil, Frequêntadores, Catadores, Escolas (Municipais, estaduais e particulares), Coletivos Jovens, Movimentos jovens e cultura.	A partir do 2º semestre de 2008
<b>1.c</b> - Melhorar comunicação visual: placas nas árvores e lixeiras (conscientizar do potencial gerador de renda)	Universidade, Escolas, Especialistas, Artistas Grupos de cultura (entre estes grupos lançar um concurso para a criação da campanha) Administração do Pq.	Frequêntadores, Sociedade civil, Escolas.	A partir do 1º semestre de 2008 (preparação para a atividade <b>1.a</b> )

## 2 – Educação e produção (Infra-estrutura e vegetação)

Construir um laboratório de educação ambiental que fomente a produção diversificada de espécies: ervas, alimentos e mudas

Como	Executor	Público alvo	Prazo
Aprimoramento e criação de infra-estrutura no espaço dos viveiros: minhocário, composteira, captação de água da chuva, energia solar, reciclagem de água, horta orgânica, banheiro seco, etc.	Equipe técnica da Secretaria de Meio Ambiente, Voluntários e estagiários, Equipe pedagógica: 1 agrônomo 1 educador ambiental, Administração do Parque.	Frequêntadores, Sociedade civil, Rede de ensino (municipais, estaduais e particulares).	A partir do 1º trimestre de 2008

Este é um exercício que se retro-alimenta, se estivermos avaliando cada um de nossos passos a cada atividade. O grupo tende a se expandir em número de participantes. Com isso, teremos novas percepções e temas a serem apresentados, novas intervenções e novas realizações, e conseqüentemente, a multiplicação de práticas sustentáveis de onde nascerá uma cultura de ser a agir para a **Sustentabilidade**.



# O GRUPO DE TRABALHO – GT 3

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PROTAGONISMO JUVENIL

Os jovens de hoje vivem um momento inédito na história da humanidade. Ao mesmo tempo em que os meios de comunicação divulgam um mundo globalizado e interconectado, o sentimento de desconexão interior, o “medo de sobrar” afetivamente, nunca foi tão presente. Certamente, as profundas transformações socioeconômicas refletidas, entre outras coisas, na falta de acesso ao mercado de trabalho, atingem a juventude contemporânea. Fruto de um sistema educacional de baixa qualidade, da falta de perspectiva tanto pessoal como profissional, além da iminente crise ambiental que coloca em risco a vida no planeta, uma parte significativa da juventude brasileira sente-se desamparada e sem horizontes.

Neste contexto de desafios e incertezas em que se encontra a humanidade, a atuação da juventude apresenta uma grande força transformadora da realidade. Apesar de não serem responsáveis diretos pela situação de degradação ambiental e injustiças sociais em que se encontra o planeta, a juventude sabe que as conseqüências desse estado caótico irão cada vez mais interferir na sua e nas próximas gerações.

Assim sendo, torna-se necessário inserir a educação ambiental como um tema transversal através de atividades que despertem interesse na juventude como a música, dança, grafite, artes, cultura, esporte etc. Há que construir na prática a percepção de que as questões ambientais estão presentes na



vida cotidiana, pois ainda predomina a visão de que o meio ambiente não está no espaço urbano, mas sim nas florestas, oceanos etc.

Os jovens estão continuamente intervindo no meio ambiente. Constroem e reconstróem o seu espaço social e ambiental de modo inovador e criativo. Toda esta energia vital acumulada na sociedade apresenta um grande poten-

cial transformador, que, ao mesmo tempo em que tem sido canalizado para a violência, as drogas, a depredação, também é manifestado nos movimentos artísticos como o Hip-hop, na pintura com o grafite, na poesia com o RAP, através de diversos movimentos e organizações de juventude preocupados com as questões raciais, de gênero, ecológicas, socioeconômicas, espirituais, entre diversas outras, que estão espalhados por todo o país. Esta geração possui um diferencial em relação às anteriores, pois, ao contrário de seus pais, já nasceram em um contexto social no qual o ideário ecológico está presente no senso comum. Assim, são os jovens que têm maior probabilidade de incorporar a visão ecológica de mundo.

A juventude é bombardeada diariamente pelos meios de comunicação de massa, os quais estimulam o consumismo e a competitividade. Assim, os jovens são levados a desenvolver uma percepção de que a partir do *ter*, da posse de bens materiais, e não do *ser*, de seu valor intrínseco enquanto seres humanos, é que serão felizes e respeitados. Desde cedo, a opressão que sofrem da civilização mercadológica e tecnocrata dominante, distancia os jovens do contato com o *mundo da vida*, o mundo das possibilidades, de potenciais inovadores, marcados por novos valores de solidariedade socioambiental.

Já não são incentivados a brincar na terra, nadar no rio, colher o fruto, olhar para o céu, cultivar o alimento. Computadores, jogos eletrônicos, televisão, *mp3* estão muito mais “na moda” e próximos ao seu cotidiano.

Não se trata de invalidar o enorme potencial educativo e transformador dos meios de comunicação. Pelo contrário, a democratização da mídia é um fator extremamente importante no que se refere à intensificação da atuação participativa dos jovens e da sociedade como um todo. As novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente a Internet, têm sido bastante utilizadas pelas organizações juvenis como espaços de construção de comunidades de aprendizagem coletiva, além de servirem para a disseminação de informações e troca de experiências.

A REJUMA<sup>1</sup> (Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade) é um destes exemplos. Criada em 2003 durante o I Encontro da Juventude Pelo Meio Ambiente em Luziânia, DF, tem como fundamental objetivo fortalecer as ações locais e nacionais dos jovens empenhados na construção de sociedades sustentáveis, através da troca de experiências e da cooperação. Outra iniciativa da juventude que se reflete em âmbito nacional são os Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Fruto da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente<sup>2</sup> os coletivos jovens estão presentes por todo o país e formam uma enorme rede de jovens representantes ou não de organizações e movimentos de juventude que tem como objetivo “envolver-se com a questão ambiental, articular pessoas e organizações, circular informações de forma ágil, pensar criticamente o mundo a partir da sustentabilidade, planejar e desenvolver ações e projetos, dentre outras ações e realizações.”<sup>3</sup>

Nos diversos movimentos e organizações dos coletivos jovens de meio ambiente três princípios tem sido enfatizados como orientadores: jovem educa jovem; jovem escolhe jovem; uma geração aprende com a outra. Os jovens, a partir de suas organizações coletivas desenvolvem um processo de aprendizado mútuo no qual o processo educacional ocorre sem a obrigatoriedade da coordenação dos “adultos”, sem desprezar que as diferentes gerações têm sempre algo a ensinar e a aprender.

Neste contexto, o processo de construção e implementação da Agenda 21 Escolar surge como um espaço rico em possibilidades de atuação juvenil. Um espaço de educação para a ação e não apenas transmissão de informação. Já que a escola deixa de ser uma ilha dentro da comunidade, ao mesmo tempo em que esta deixa de ser estranha à escola, a realidade concreta passa a ser o foco do processo educativo. Conforme desenvolvem a prática participativa em todas as instâncias de diagnóstico, planejamento e decisão, os jovens se percebem enquanto *sujeitos protagonistas* do ambiente escolar do qual fazem parte. Através das *caminhadas diagnósticas* realizadas pelo entorno, os jovens são estimulados a desenvolver um olhar crítico e sistêmico sobre o ambiente cotidiano.

1. [www.rejuma.org.br](http://www.rejuma.org.br)

2. <http://cgsi.mec.gov.br:8080/conferenciainfanto/>

3. Coletivos Jovens de Meio Ambiente - Manual Orientador - jun 2005

Assim, procura-se articular e envolvê-los na busca de estratégias para a transformação da realidade através da construção participativa de planos de ação. Suas percepções, diagnósticos, e propostas de ação são elementos fundamentais na elaboração do projeto eco-político pedagógico da escola, fazendo desta um espaço de convivência democrática e de atuação política dos jovens. Assim, a educação formal apresenta uma grande responsabilidade na formação/construção de jovens protagonistas engajados no pensar e fazer transformador.

Durante os anos de 2004 e 2005, foi elaborada a agenda de diretrizes, princípios e ações construída pelos educadores e educadoras de Embu durante os Encontros de Formação em Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Uma das diretrizes foi “Fomentar, apoiar e criar espaços para a construção de ações que envolvam e privilegiem o protagonismo juvenil no município”, realizada através das seguintes propostas de ações: “diagnosticar as demandas dos jovens, deficiências e potencialidades no atendimento à educação, saúde, lazer e trabalho; levantamento dos grupos organizados e associações de jovens, ligados à arte e cultura, esporte, meio ambiente, associações religiosas, grêmios, etc.; realizar seminários e fóruns de juventude, com o envolvimento e coordenação dos jovens; utilizar os espaços educativos possíveis para ampliar o atendimento aos jovens e adolescentes; elaboração de cursos e materiais didáticos para monitoria ambiental e cultural para jovens; fomentar a criação de parcerias com o intuito de promover geração de emprego e renda para os jovens, ligados aos princípios do desenvolvimento sustentável, em consonância com as potencialidades do município: turismo ambiental; hotelaria; arte e artesanato; patrimônio histórico; turismo cultural, etc.”<sup>4</sup> Este plano de ação orienta diretrizes essenciais no que se refere à criação de espaços que privilegiem e possibilitem a atuação da juventude de modo mais profundo e efetivo. Também demonstra que os educadores estão sensíveis aos desafios pelos quais passa a juventude.



4. Agenda 21 Escolar de Embu das Artes. Embu, 2005. pg 49.

Enfim, há que se superar a visão de que os jovens são a esperança do futuro, pois seu papel é no presente. É na juventude que estamos mais abertos a vivenciar novas experiências, hábitos, atitudes e valores. Esta é uma característica própria dos jovens e parte das principais transformações culturais que a humanidade vem sofrendo nos últimos cinquenta anos foram idealizadas e vivenciadas pela juventude.

Práticas sociais que tiveram nos jovens seus principais protagonistas durante as décadas de sessenta e setenta eram malvistas por vários setores sociais, como o boicote à indústria cultural e à sociedade de consumo. O sonho de uma sociedade baseada numa cultura de paz e sustentabilidade, a busca de uma vida simples mais próxima da natureza, entre tantas outras, hoje são reverenciadas em diversas instâncias da sociedade e fazem parte do ideário dos movimentos ambientalistas. A realização deste enorme potencial dos jovens enquanto sujeitos sociais essenciais na criação de sociedades sustentáveis passa pelo reconhecimento de tal percepção pelo poder público, o qual deve direcionar políticas públicas no sentido de possibilitar e potencializar o protagonismo juvenil. ●



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PROTAGONISMO JUVENIL

### GRUPO DE TRABALHO 3 – GT 3

#### Participantes

Adriano Santos Margarida  
Alessandra Donizete Oliveira de Caires  
Alexandre Ferreira Pontes  
Bruno Cutinhola Cavalcante  
Camila Sampaio Cajano  
Célia R. Castro Lopes  
Claudenéia Cristina Moreira de Carvalho  
Daiane de Souza Camargo  
Diana Cristina César da Graça  
Driele Teles Rodrigues  
Eder Xavier da Silva  
Eliete Alexandre Francisco  
Gabriela Medeiros de Moraes Carvalho  
Isis dos Santos Caldi  
Ivani Aparecida Pinheiro

Joenia Silva Ferreira  
Katia Herbe de Lima Batista  
Kelly Aparecida Silva Jardim  
Luana Alves dos Santos  
Lucas Liberato da Silva  
Maria Isabel da C. Soares  
Michele de Souza Silva  
Paloma Donizeti Oliveira de Caires  
Renata Lacerda Campos  
Sislane Rocha de Souza  
Vanessa Hager Selegrine  
Vanessa Tenório da Silva  
William Cunha Gonçalves

**Facilitador:** Bruno C. Cavalcante

**Monitora:** Vanessa Hager Selegrine

**E**m nosso primeiro encontro, após a dinâmica de apresentação, fizemos a nossa primeira Caminhada diagnóstica: começamos pela entrada do parque logo depois caminhamos para o estacionamento dos funcionários, passamos pelo caramanchão até a lagoa e, por último, a lanchonete. Todos com o compromisso de analisar, procurar, fotografar e discutir os pontos negativos.

## OS ASPECTOS NEGATIVOS FORAM:

- Falta de lixeira fora do Parque ;
- Mal utilização do contêiner;
- Lixo no chão;
- Falta de sinalização da coleta seletiva;
- Falta de cuidado com o jardim;
- Lixeira aberta na lanchonete;
- Muitos Cachorros;
- Poucas plantas;
- Cerca danificada em muitos pontos em redor da lagoa.



## OFICINA DE FUTURO

No dia 05/05/07 o grupo GT 3 se reuniu com o objetivo de construir um muro dos desafios, ou seja, verificar quais são os desafios atuais da juventude na transformação da realidade socioambiental neste início de século.

Cada participante escreveu num papel (o tijolo) o que acredita ser um desafio prioritário sobre o tema da educação ambiental e protagonismo juvenil. Feita a leitura de todos e a sistematização das frases, criaram-se alguns sub-temas; são eles:

- Diálogo/comunicação: faltam espaços de diálogo e comunicação, entre os próprios jovens, com os pais, professores etc. Há muita informação, mas com pouca qualidade.
- Oportunidade: a juventude se encontra num mundo com poucas oportunidades e horizontes. Este fato está ligado à desigualdade social, pois aqueles que se encontram numa situação socioeconômica mais favorável

tem mais oportunidades de emprego, estudo, cultura, lazer, qualidade de vida, enquanto os jovens da “periferia” não tem tais oportunidades.

- Respeito/Educação: conseqüência, entre outras coisas, da cultura de degradação ambiental instituída e da educação de baixa qualidade, grande parte dos jovens desrespeitam o meio ambiente e não se sentem responsáveis pela sua conservação.
- Objetivo/Ação: faltam objetivos coletivos para a juventude. A juventude em geral tem pouca vontade de agir coletivamente no que se refere às questões ambientais.
- Individualismo: o sistema capitalista em que vivemos estimula a competição e o individualismo entre as pessoas e isto se reflete nos jovens, os quais são levados a buscar soluções individualistas para os problemas coletivos.
- Consciência/Sensibilização: grande parte dos jovens está pouco consciente e sensibilizada sobre as questões ambientais.

No dia 19/05 foi construída nossa árvore dos sonhos. Cada participante escreveu numa “folha” um ou mais sonhos pessoais sobre a questão da educação ambiental e protagonismo juvenil. O grupo decidiu que alguns sonhos como a união, coletividade, respeito e a consciência, fossem a base da Arvore, ou seja, a sua raiz, de onde partem todas as folhas. Enfim, nossa árvore dos sonhos apresentou os seguintes elementos:



### Raízes:

Semear a União, Coletividade, Respeito e Consciência.

### Folhas:

- Protagonizar o desenvolvimento coletivo da juventude;
- Que a juventude conquiste a posse do direito de ser ouvida;
- Uma Sociedade comprometida e justa com a questão da juventude;





- Trabalho em equipe para que juntos possamos construir um bem comum a todos;
- Jovens mais ativos e influentes;
- Ações coletivas e reflexões sobre o todo com a criatividade do amor;
- Mais participação social, política e ambiental da juventude;
- Que os jovens aprendam a conviver com as

diferenças para que alcancem a solidariedade;

- Uma juventude sem preconceitos;
- Conquistar os objetivos, mas pensando no próximo.
- Que os jovens aprendam a valorizar o meio ambiente de seu entorno;
- Uma Educação de qualidade;
- Uma Juventude bem informada;
- Um País mais humano;
- Que a juventude tenha respeito à fauna e a flora.

## CAMINHOS

O encontro do dia 23/06 teve como proposta a elaboração de caminhos para, a partir de nosso muro dos desafios, chegarmos a nossa árvore dos sonhos. Como as questões levantadas são muito amplas, o grupo escolheu selecionar quatro temas principais pelos quais os caminhos foram pensados: objetivo/ação; diálogo/comunicação; individualismo; e oportunidade. Cada um dos quatro grupos selecionados se debruçou em um dos temas e apresentou as seguintes propostas:

### 1º Grupo

**Tema: “Objetivo/Ação”**

**Caminhos propostos:**

- Construção de espaços jovens dentro e fora das escolas capazes de possibilitar o protagonismo juvenil;
- Elaboração conjunta de oficinas sobre os diversos temas ambientais dentro do espaço escolar;
- Despertar os jovens, criar espaços nos quais eles possam perceber que

não estão sós, mas que fazem parte de um coletivo e para isso deve haver a sensibilização.

### 2º Grupo

**Tema: “Diálogo e comunicação”**

**Caminhos: - criação de rádios estudantis geridas pelos jovens;**

- Elaboração, pelos próprios jovens, de jornais murais nas escolas;
- Apresentação de peças de teatro juvenis que tratem dos desafios ambientais;
- Criação de espaços culturais para a juventude dentro e fora das escolas;
- Construção de hortas orgânicas escolares, como um espaço de convivência e construção coletiva de crianças e jovens.

### 3º Grupo

**Tema: “Individualismo”**

**Caminhos:**

- Criação de coletivos jovens de debate e ação sobre os temas socioambientais, nos quais os jovens possam despertar, entender que não estão sós, mas fazem parte de um coletivo;
- Elaboração de eventos com música, artes, esportes, etc.

### 4º Grupo

**Tema: “Oportunidade”**

**Caminhos:**

- Formação de grupos de trabalho compostos por jovens, que desenvolvam palestras, eventos culturais, etc.;
- Ampliar os canais de comunicação entre os jovens.

## CAMINHADA DIAGNÓSTICA

Tendo como tema principal o *Diagnóstico Participativo*, nossa atividade do dia 07/07 se iniciou com uma discussão sobre o significado de um diagnóstico e qual a importância deste



ser participativo. Chegamos ao entendimento de que a possibilidade de se engajar num processo de mobilização comunitária é muito maior quando se começa a participar desde o diagnóstico, pois tendemos a nos sentir mais sensibilizados quando diagnosticamos algo, do que quando temos acesso a informações diagnosticadas por outras pessoas. Em seguida o grupo se reuniu para elaborar uma frase que resumisse o objetivo do trabalho que estávamos desenvolvendo e após um rico e criativo diálogo surgiu a seguinte frase *“Despertar no jovem o desejo de agir em prol do meio ambiente. Parar na estação do comodismo é viajar na estação do erro, seja um jovem consciente, preserve!”*.

Com a frase formada, o grupo se dirigiu à caminhada diagnóstica pela área do Parque destinada ao GT3, localizada nos fundos do Parque, no fim da trilha de pedestres e próximo aos taludes. Durante a caminhada todos assumiram o papel de anotadores, alguns de fotógrafos e um facilitador. Aproveitamos a oportunidade para observar uma área do Parque que é menos visitada. A proposta foi treinarmos nosso olhar no sentido de desenvolver uma percepção crítica e intencional do ambiente. Ao retornar os participantes trocaram experiências e percepções e uma anotadora voluntária as escreveu:

- Falta de coletor de lixo;
- Faltam placas de identificação tanto do espaço físico como da vegetação;
- Guarda Civil Municipal faz a ronda de carro desnecessariamente;
- Faltam bancos e brinquedos;
- Faltam recursos pra lazer;
- Falta de segurança (cerca do lago inadequada);
- O Lugar não é muito atraente;
- Faltam atrativos para os jovens, como pista de Skate, patins, equipamento de ginástica;
- Os taludes apresentam pouca vegetação e o que há são espécies exóticas;
- Há pouca fauna no lugar;
- A área é ampla e apresenta oportunidades para a criação de novos espaços;



## ROTEIRO DE TEMAS

Na oficina do dia 28/07 a proposta foi à elaboração do Roteiro de temas. Treinamos a troca de papéis e dois voluntários assumiram as funções de mediador e anotador. A partir das observações feitas durante a caminhada diagnóstica na área do Parque que o GT ficou responsável, o grupo se reuniu com o objetivo de sistematizá-las e o resultado foi o seguinte:



### 1. Atrativos

- 1.1. Atrativos para jovens e adultos

### 2. Resíduos Sólidos / Lixo

- 2.1. Coletor de Lixo
- 2.2. Placas de Identificação específicas para lixo
- 2.3. Manutenção / Limpeza do Parque

### 3. Segurança

- 3.1. Cerca do rio
- 3.2. Esgoto inativo perigoso
- 3.3. Ronda da GCM

### 4. Biodiversidade

- 4.1. Reflorestamento (identificação das plantas, solo seco, sem regar, queimada)
- 4.2. Diversidade de fauna
- 4.3. Presença dos animais em outras localidades do parque

### 5. Educação Ambiental

- 5.1. Didática dos monitores
- 5.2. Sinalização:
  - a) falta de informação
  - b) mudas de plantas não identificadas
  - c) área de várzea não identificada
  - d) Identificação do esgoto inativo (há uma placa informando no local)

Apesar de apresentar uma diversidade de temas, o Roteiro só não foi mais completo devido a nossa limitação de tempo. O importante é que todos se sentiram capazes de replicar a metodologia.

## PLANOS DE AÇÃO

Após a construção coletiva do Roteiro de Temas iniciamos a elaboração do plano de ação. A idéia foi priorizar ações que possam ser iniciadas rapidamente e que não apresentem grande complexidade. Pelo fato dos temas serem amplos, também tivemos que escolher quais seriam abordados no plano de ação. O grupo decidiu priorizar dois temas que foram bastante discutidos nos encontros: falta de atrativos para a juventude e resíduos sólidos.

### Grupo 1: Falta de atrativos para a juventude

**Diretriz/princípio:** criar espaços para a construção de ações que envolvam e privilegiem o protagonismo juvenil dentro da área diagnosticada pelo GT3 no Parque do lago.

**1ª Ação:** Formação de uma equipe de educadores ambientais, inserida na divisão de educação ambiental da secretaria de Meio Ambiente de Embu, destinada a criar espaços que envolvam os temas juventude e meio ambiente no parque do Lago.

**Justificativa:** o grupo identificou que há poucas atividades de educação ambiental no parque direcionadas à juventude e há necessidade de um melhor aproveitamento da estrutura do parque.

**Recursos:**

- um quiosque para desenvolver as atividades, o qual pode ser construído utilizando os troncos de madeira já existentes;
- parcerias com as universidades na contratação de estagiários;
- Pró-jovem e outras organização juvenis: convidar os jovens para fazer parte deste processo.

**Benefícios:** Atrair os jovens para o parque e despertar o protagonismo juvenil voltado para as questões ambientais.

**Período de implantação:** curto prazo, pois segundo a Secretaria de Meio Ambiente esta ação não é difícil de ser implementada, já que o parque tem estagiários e educadores ambientais que podem iniciar este processo.

### Grupo 2: Resíduos Sólidos

**Diretriz/princípio:** Garantir que o Parque do Lago seja um espaço educativo para os jovens quanto aos resíduos sólidos.

**1ª Ação:** Ampliação dos coletores de lixo e Coleta Seletiva no Parque.

**Justificativa:** O grupo realizou um diagnóstico participativo da área do fundo do Parque e constatou a falta de coletores em alguns espaços, o que dificulta aos visitantes jogarem seus resíduos adequadamente. O diagnóstico nos mostrou também que tanto os moradores como os visitantes não sabem que a campanha de coleta seletiva no município é feita através de lixo seco e lixo úmido.

**Materiais a utilizar:** O Departamento de Educação Ambiental (DEA) do Parque tem estocado vários latões/containers que poderão ser reutilizados como coletores dos resíduos na área onde foi realizado o diagnóstico participativo.

Adesivos ou placas de identificação nos latões e painéis explicativos sobre a coleta seletiva no município.

**Recursos humanos ou agentes envolvidos:** Apoio da Secretaria de Meio Ambiente; Departamento de Educação Ambiental do Parque; parcerias com faculdades na área de meio ambiente para aumentar o número de monitores estagiários.

**Recursos financeiros:** Avaliamos que não haverá necessidade, pois essa ação é em parceria com o poder público e com faculdades.

**Cronograma:** curto prazo.

**Benefícios esperados:** Redução da quantidade de lixo jogado de forma irregular, conscientização das pessoas.

Essa primeira ação foi pensada pelo grupo devido à importância que a reciclagem tem atualmente e pelo fato do grupo sempre comentar esse tema nas oficinas da Agenda 21. Como nosso objetivo é estimular a educação dos jovens sobre os resíduos sólidos, o grupo pensou em mais duas ações, são elas:

continua →

**2ª Ação:** Criação de oficinas de papel reciclado desenvolvidas pelos e com os jovens.

**Objetivo da Oficina:** Conscientização quanto à reutilização do papel; aprender a construir artesanatos com o papel reciclado podendo usá-lo até como fonte de renda; curso destinado aos jovens sobre como fazer papel reciclado.

**Público Alvo:** Jovens visitantes do parque. Espaço e Materiais : o Parque do Lago tem sala disponível para a realização das oficinas e alguns materiais que podem ser utilizados.

**Recursos humanos ou agentes envolvidos:** Apoio da Secretaria de Meio Ambiente; Departamento de Educação Ambiental do Parque; coletivo jovem; voluntários e jovens interessados.

**Oficinas:** A proposta é que no começo do projeto os voluntários ensinem os jovens a técnica da produção dos artesanatos para que depois de capacitados eles mesmos possam dar continuidade nas oficinas. Em conversa com algumas representantes de bairro, percebemos que muitas mães de jovens das comunidades sabem fazer esses artesanatos com papel reciclado e podem ser voluntárias no início.

As oficinas seriam oferecidas aos finais de semana aos visitantes do parque e moradores e durante a semana através do agendamento das escolas.

**Recursos Financeiros:** Avaliamos que não haverá necessidade, pois essa ação é em parceria com o poder público e cada jovem poderia trazer seu próprio papel que não utiliza e transformá-lo em artesanato.

**Cronograma:** Curto prazo.

**3ª Ação:** Criação de oficinas de sabão ecológico caseiro desenvolvidas com os jovens.

**Objetivo da Oficina:** Conscientização quanto aos danos causados ao meio ambiente quando o óleo é jogado no ralo ou no lixo.; cursos sobre a elaboração de sabão ecológico produzidos a partir do óleo de cozinha usado. Também podendo ser uma fonte de renda para os jovens.

**Público Alvo:** Jovens da região e escolas

**Espaço e Materiais:** O Parque do Lago tem sala disponível para a realização das oficinas e alguns materiais que podem ser utilizados. O óleo

utilizado nas oficinas pode ser trazido pelos próprios participantes e coletado de empreendimentos que descartam óleo usado.

**Recursos humanos ou Agentes envolvidos:** Apoio da Secretaria de Meio Ambiente; Departamento de Educação Ambiental do Parque; Coletivo Jovem; voluntários e jovens interessados.

**Oficinas:** A proposta é que, assim como a oficina de papel, no começo do projeto os voluntários ensinam aos jovens a técnica de produção do sabão, para que depois eles mesmos possam dar continuidade, tanto nas oficinas realizadas no parque, como nas comunidades. As mães de jovens das comunidades que sabem fazer óleo de cozinha podem ser voluntárias no início. Moradores das comunidades que já produzem o sabão podem ser voluntários no início. As oficinas serão oferecidas aos fins de semana para os visitantes e moradores e durante a semana para as escolas.

**Recursos Financeiros:** Sem necessidade, pois essa ação é em parceria com o poder público e cada jovem poderia trazer sua garrafa pet com o óleo que coletou em casa e transformá-lo em sabão.

**Cronograma:** Curto prazo.



# O GRUPO DE TRABALHO – GT 4

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Quando se enfoca as políticas públicas, em um plano mais geral e, portanto, mais abstrato, significa falarmos das estruturas de poder e de dominação; dos conflitos infiltrados por todo o tecido social, e que têm no Estado, a sua síntese. Em um plano mais concreto, o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente. Políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria. Neste sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade (Azevedo, 2004).*

Importante observar que conflito é característica de políticas públicas e que, ao mesmo tempo, políticas públicas são gerenciamento de conflitos. Assim, podemos inferir que as reivindicações sociais para mudanças têm como ponto de partida a coragem de apresentar os conflitos, de trazê-los à tona.

Com o propósito de instituir normas de convívio social para assuntos emergentes ou emergenciais numa coletividade, as políticas públicas buscam estabelecer os direitos e deveres, do público e do privado, e delimitar os papéis sociais dos indivíduos e instituições. Uma lei e sua regulamentação por meio de decreto estabelecem normas, regras, conceitos, princípios e diretrizes para a coletividade (Layrargues, 2002).

### AGENDA 21 E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Agenda 21 é um documento que define ações fundamentais nas quais os governos devem se basear para elaboração de suas políticas nacionais. Em

seus capítulos temáticos quase todas as áreas de programa tratam da educação e da capacitação individual. Em todo o texto há a intenção de impulsionar governos e organizações da sociedade civil a implementar programas educacionais que fomentem a formação, por meio da conscientização, de agentes propulsores da sustentabilidade.

A Educação Ambiental permeia todo o documento, possuindo um capítulo específico sobre a educação para o desenvolvimento sustentável, apoiado nos princípios básicos de Tbilisi<sup>1</sup>, em especial, aquele que estabelece que a educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, iniciando-se pela educação infantil e continuando ao longo de todas as fases do ensino formal e não formal (BARBIERI, 1997). Em seu capítulo 36 – Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento – propõe a reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável e enfatiza a importância da educação permanente sobre o meio ambiente, centrado em problemas locais.

Neste contexto é preciso ressaltar a questão da participação popular, um elemento muito importante para todos que acreditam no processo de democratização da gestão pública e que é peça fundamental para consecução dos objetivos pretendidos pela Agenda 21, devendo ser dinamizada por meio de um processo educativo mais abrangente.

### POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, gerado no Fórum Internacional das ONGs, evento paralelo à Rio 92, coloca princípios e um plano de ação para educadores

1. Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada pela UNESCO em 1977, Tbilisi, capital da Geórgia, juntamente com a ONU, através de seu Programa para o Ambiente (PNUMA), considerada referência internacional para a formulação de atividades de Educação Ambiental.

ambientais, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de educação ambiental e a sustentabilidade. Enfatizam-se os processos participativos na promoção do meio ambiente, voltados para a sua recuperação, conservação e melhoria, bem como para a melhoria da qualidade de vida. (Jacobi, 2003)

No Brasil, as discussões relacionadas à Educação Ambiental adquirem caráter público abrangente em meados dos anos 1980, a partir da realização dos primeiros encontros nacionais, da atuação crescente dos movimentos sociais e das ONGs ambientalistas que incorporaram o tema em suas reivindicações, e do crescimento da produção acadêmica na área. Sua importância para o debate educacional se explicita formalmente na obrigatoriedade constitucional (que determinou ser incumbência do Poder Público, promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente), em sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997 e na edição da Lei Federal 9795 de 1999, que define a Política Nacional de Educação Ambiental, instrumentos legais e documentos governamentais que propiciam à temática um caráter transversal, indispensável e indissociável da política educacional brasileira (Loureiro et alli, 2002, Loureiro, 2004).

Com a promulgação da Lei 9795/99 se reconhece, enfim, a educação ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não-formal, como orientam os Artigos 205 e 225 da Constituição Federal. A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta programática de disseminação da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente de outras Leis, não estabelece regras ou sanções, mas estabelece responsabilidades e obrigações.

A instituição da Política Nacional de Educação Ambiental foi uma relevante conquista da sociedade civil, e definiu educação ambiental como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Observe-se que três dos objetivos fundamentais que são definidos por aquela lei, além de indicarem para uma perspectiva de sustentabilidade, referem-se a uma visão necessariamente interdisciplinar no contexto educacional: “o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente

em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos”; “o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social” e “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania”.

A Política Nacional de Educação Ambiental institucionaliza a educação ambiental ao definir responsabilidades e inseri-la na pauta dos diversos setores da sociedade, legaliza seus princípios, transformando-a em objeto de políticas públicas, oferecendo à sociedade um instrumento de cobrança para a sua promoção. ●



# EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

## GRUPO DE TRABALHO 4 – GT 4

### Participantes

Adão da Silva Oliveira  
Adriano Teixeira Franco  
Alice Aparecida Soares Lima  
Ana Maria Souza Portela  
Aniel Nunes Guerra  
Angélica Maran Lucas de Oliveira  
Antonio de Jesus Rocha  
Carolina Costa  
Cicero Correia Costa  
Claudia Zanela Bidueira Rangel  
Cleber Rocha Chiquinho  
Daniela Amorim  
Davi Perez de Carvalho  
Dolores Zifirna da Silva  
Elen Prado Benvenuti

Eliane Machado de Oliveira Carnauba  
Idemar Josias da Silva  
Izabel Cristina Oliveira Santa Rita  
Leny Spessotto de C. Santiago  
Lilian Giraldele Coelho  
Marcia da Conceição Osório  
Maria Helena Silva Barbosa do Carmo  
Maria Ruth Takako Saheki Nakama  
Mirian de Melo Fabio  
Nádia Conceição Vernes Almeida  
Paulo Perreira  
Solange Nunes dos Santos Ferreira  
Virgínia Talaveira Valentini Tristão  
Wagner Perazza

**Facilitadora:** Virgínia T. Valentini Tristão

**Monitora:** Angélica Maran L. de Oliveira

### DA TEORIA À PRÁTICA: HISTÓRIA(S) DO GT 4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em nosso primeiro encontro, através de uma dinâmica de apresentação que chamamos de “**Valores que nos unem**”, conhecemo-nos, reafirmando os valores de nosso trabalho e do processo que ia começar. Em seguida, discutimos os significados e a importância dos conceitos contidos nas tiras de papel que foram distribuídas às duplas, para que juntassem as sílabas e

formassem uma palavra, sobre a qual as duplas deveriam refletir e trocar idéias, para se conhecerem melhor, apresentando essas reflexões ao grupo todo, no final.

O segundo encontro trouxe uma **Caminhada pela mudança de nosso olhar**<sup>1</sup> pelo Parque do Lago. Tínhamos como objetivo somente observar aspectos positivos no trecho a ser percorrido. Em grupo, discutíamos os pontos positivos fazendo fotos que buscavam refletir o olhar coletivo sobre o espaço e suas relações, em um roteiro idêntico àquele do GT2 – Educação Ambiental e Sustentabilidade. No entanto, este outro grupo buscava, nos mesmos locais, **pontos negativos**.

Nesta caminhada, muitos observaram para além do ambiente que os rodeava; puderam refletir sobre sua postura diante deste espaço e do sentido da vida.



1. Atividade ancorada em um dos referenciais teóricos do curso: o Modelo Colaborativo.

### Caminhada Diagnóstica – GT 4 – aspectos positivos

Lembrando a história do Parque (área de mineração de areia posteriormente abandonada), observou-se melhor uso da área, com evidências de recuperação ambiental (e social);

Existem latões designados para separação de lixo;

Árvores – plantio (aumento no número de árvores no parque nos últimos anos), sombra, pássaros, abelhas, possibilita contato natureza-criança (grande oportunidade para desenvolver a Educação Ambiental), conhecimento (plantas e árvores diferentes), ornamentação, paisagismo, eucaliptos contêm erosão em atividade próxima ao lago;

Lago – elo com o Rio Embu-Mirim (possibilitando seu extravazamento), criação de peixes, beleza cênica, lugar de contemplação, proibido nadar (lembaram que muitos tinham morrido naquele local no passado).

“Bastante utilizado pelos munícipes da região”, onde muitos eventos e cursos são realizados.

Piso semipermeável, onde também existe vida;

Integração social – crianças, famílias, namorados;

Brinquedos – reutilização de madeira, construção racional (menor custo e melhor uso dos recursos), reutilização de pneus também. Bom estado de conservação dos brinquedos e bastante utilizados;

Número suficiente de lixeiras e em locais adequados;

Viveiro – contato com a terra, o plantio (elementos interessantes para EA), estímulo à coleta seletiva, infra-estrutura condizente, vontade política em executar tal projeto.

Várzea do Embu-Mirim – capim e algumas árvores contêm as margens do rio (erosão), habitat de espécies da fauna nativa – libélulas, borboletas e capivaras;

Pista de caminhada – permeabilidade do piso (pedrisco). Incentiva o esporte e a saúde, bem como o contato com o ambiente.

Sinalização e infra-estrutura do Parque: muito bom; em destaque o ótimo trabalho dos funcionários.

Prosseguimos com a elaboração de um diagnóstico em nossa **terceira oficina**, a **Oficina de Futuro**. Por limitação de tempo elaboramos coletivamente somente sua primeira etapa: construímos nosso **“Muro dos Desafios”**. Foi preciso pontuar que levantaríamos desafios relativos ao tema de nosso GT; este, por sua vez, seria eixo de todas nossas discussões. As tarjetas ou “tijolos” que iam levantando o “Muro”, com a opinião dos participantes, expressaram as seguintes considerações:

- (falta de) conscientização e formação
- Manifestações
- noção/conhecimento
- levar o conhecimento a todos
- consciência
- conhecer
- trabalho coletivo de conscientização de forma estruturada
- ações mobilizadoras que envolvam a comunidade
- relação eu/poder público
- parcerias
- planejar ações integradas
- tratar as questões socioambientais como prioridade dentro das políticas públicas
- responsabilidade de cada política
- saneamento básico(esgoto)
- individualismo
- imposição/corrupção/acomodação
- alienação
- (ações) curto prazo
- moradias nas áreas de mananciais
- A partir dos “tijolos” foram geradas reflexões que permitiram a elaboração coletiva de quatro grandes eixos de debate, com o acréscimo de tarjetas coletivas:
- “Políticas Setoriais”, com: a responsabilidade de cada política, saneamento básico (esgoto), moradias nas áreas de mananciais;

- “Coletividade/Pertença/Participação”: (falta de) trabalho coletivo de conscientização de forma estruturada, individualismo, imposição/corrupção/acomodação, alienação, falta de ações mobilizadoras que envolvam a comunidade, relação eu - poder público, a falta de parcerias;
- “Planejamento”: planejar ações integradas e a curto prazo, tratar as questões sócio-ambientais como prioridade dentro das políticas públicas;
- “Processo Educativo/ Ampliar ações”: para conscientização, formação, participação, disseminação de conhecimento.

Na quarta oficina, dando continuidade à reorganização do “Muro”, o grupo sentiu necessidade de criar um “caminho” que interligasse todas as propostas. Assim, a seguinte lógica foi esquematizada:

#### Informação → Demandas Sociais → Participação → Políticas Públicas.

Esta forma de síntese encerrou os maiores desafios identificados pelo GT 4:

“A falta de informação como geradora de alienação, causando, como conseqüência, um quadro de ausência/redução de demandas sociais; deste modo, a participação da maior parte da sociedade não se faria presente de maneira expressiva na formulação de políticas públicas”.

O objetivo nesta oficina foi a obtenção de um diagnóstico das percepções do grupo com relação aos desafios relativos ao tema do GT e de seus assuntos correlatos, por meio da construção do “Muro”. Tal quadro coletivo nos guiaria até a última atividade do curso; de alguma maneira precisaríamos elaborar propostas para superar as “barreiras” enxergadas pelo coletivo.

Fizemos a segunda parte da **Oficina de Futuro** no quinto encontro. Desta vez visualizaríamos os **desejos individuais** e construiríamos nosso sonho coletivo elaborando a **“Árvore dos Sonhos/Esperanças”**. Antes, porém, retomamos a etapa anterior, o “Muro dos Desafios”, pedindo para que os participantes fizessem uma avaliação através da com o mesmo processo vivenciado no *I Fórum Regional de Agendas 21 na Educação*, ocorrido em novembro de 2006, em Itapeçerica da Serra, falando sobre este evento e sobre o nível individual de participação no mesmo.

O debate foi acalorado e houve muita polêmica quanto à validade da realização de mais um diagnóstico dos desafios da região ao invés de par-



timos para “ações concretas”. O clima ficou bastante tenso durante o desenrolar deste encontro. Foi preciso buscar, na afetividade e no apaziguamento, elementos para encaminhar os conflitos de maneira que caracterizassem o embate entre a realização ou não realização de diagnósticos, ao invés de partimos direto para a construção de ações.

Propusemos então a construção de pensamentos coletivos menos abstratos, utilizando os elementos que apareceram no “Muro”. Já que como mediadoras, deveríamos auxiliar na elaboração de ações calcadas na realidade da temática trabalhada no GT. Assim, quanto mais próximos ficássemos dos desafios cotidianos, mais próximas desta realidade estariam as ações que seriam compostas coletivamente, imprimindo senso prático e aplicabilidade às mesmas.

Para operacionalizar esta atividade, pedimos a todos que escrevessem frases que sintetizassem os pensamentos implícitos no “Muro”.

As seguintes frases surgiram:

- Políticas públicas como fomento às ações socioambientais;
- Conscientização individual de sua importância como elemento irradiador de educação ambiental;
- Políticas públicas em sinergia homem / natureza;
- Redescobrimo o indivíduo e seu papel no caminho da sustentabilidade
- A educação ambiental como ferramenta na formação para uma sociedade crítica, participativa, transformadora e PROVOCADORA.

Passamos então à elaboração da nossa **“Árvore da Esperança”**, escrevendo nossos desejos em tarjetas em forma de folhas. O componente lúdico da oficina foi primordial para acalmar os ânimos e recosturar nossos vínculos. Nesta dinâmica, a palavra “ação” apareceu em muitas “folhas”, reflexo talvez das conversas anteriores. Esses foram os anseios que apareceram na “copa da árvore”:

- Fazer valer as leis de Educação Ambiental;
- Investimento e reconhecimento (AÇÕES) em Educação Ambiental;

- Cidadãos mais conscientes, participativos e não corruptíveis, irradiadores destes princípios;
- Sociedade com propostas mais valorizadas;
- Ação – mudança de postura;
- Cumprimento das leis ambientais no Brasil;
- Harmonia entre os seres humanos; uma sociedade pura, o planeta despoluído;
- Educação Ambiental como matéria curricular obrigatória;
- Processos participativos;
- Conscientização transformadora;
- Entender, aceitar e sentir satisfação em participar no jogo político;
- Aprendizado do arcabouço legal para possibilitar cobrança;

Da copa passamos às “raízes” desta “Árvore” - que fundamentos, memória, valores precisamos para fazer crescer estas “folhas”?

Nosso grupo respondeu assim:

- Interação entre teoria e prática da EA;
- Homem reconhecer-se como natureza;
- Diálogo
- Altruísmo
- Amor
- Informação
- Visão crítica
- Organização social
- Outra “Ética”
- Com os desejos e valores individuais revelados terminamos esta oficina.

No **sexto encontro**, refletimos ainda o quanto nosso tema se relacionava aos processos de mobilização comunitária; como multiplicadores dotados de repertório e vontade atuaríamos como **animadores locais**, sendo necessário (re)estabelecer o diálogo em nossos bairros e instituições. Somente dessa maneira, em situações de conflito, poderíamos potencializar habilidades relativas à formação e organização de grupos. Também fomos além, pro-

pondo uma discussão mais específica de nosso tema, falando sobre nossa relação com o Estado e deste conosco.

Os participantes se mostraram receptivos à continuidade dos trabalhos, apesar de uma minoria parecer angustiada e muitos ainda estarem cheios de dúvidas com relação ao andamento do curso e do trabalho do GT. Finalizando, mas não encerrando o debate, discutimos sobre a dificuldade da participação existente em nós mesmos e nos grupos sociais por onde circulamos, reforçando que tal desafio havia aparecido no nosso “Muro” e em todas as falas daquele dia, de algum modo. Além disso, percebemos que as questões trazidas eram frutos da complexidade das questões ambientais. Pontuamos a necessidade de sempre nos auto-avaliarmos diante de nossa formação fragmentada e de nos perguntarmos: será que conseguimos enfrentar esta complexidade? E o Estado como a enfrenta? Qual é o nosso papel diante disso tudo?

A necessidade da participação cidadã para demandar políticas públicas que estejam de acordo com a complexidade percebida pelo grupo foi defendida. Pensar em como fomentar estes processos era função de todos no GT.

Como optamos por discutir estas questões não houve tempo no dia para realizar a **Oficina “Realidade x Desejo – Construção de caminhos”**. Assim, decidimos mostrar para o grupo como seria a dinâmica da mesma. Todos poderiam acessar a internet durante a semana e assim resolvemos fazer este exercício por e-mail, incentivando também a discussão com colegas próximos para não perder a riqueza do diálogo presencial. Para construir os “caminhos” entre a “Árvore” e o “Muro” o grupo precisaria fazer sínteses destes dois quadros diagnósticos, trabalhando bastante virtualmente para chegar nestas propostas. Todos aceitaram, mostrando-se felizes por terem de realizar uma tarefa que exigiria bastante de sua organização.

No **sétimo encontro**, optamos por começar pela oficina em questão - **“Construção de caminhos”**. Para pensarmos os “caminhos” em conjunto, ou seja, propostas a partir do que queremos para nossa região, decidimos que primeiro faríamos a síntese das folhas da “Árvore da Esperança” por meio da construção de seus “galhos” (como as “Nuvens” do “Muro dos Desafios”).





Num primeiro momento o grupo se mostrou resistente ou pouco organizado para ler o conteúdo das folhas, até que uma das participantes resolveu liderar uma ida até o painel da “Árvore”, que estava afixado em uma das paredes da sala que ocupávamos. A partir dessa atitude, além da leitura em conjunto das “folhas”, pudemos debater ali mesmo, mais próximos dos elementos geradores da discussão. Começamos então a

juntar as “folhas” em “galhos”, discutindo sua similaridade conceitual, denominando cada um. Assim, a nossa “Árvore” começou a surgir, carregada de esperanças, a partir de um eixo central – o “tronco”.

Este foi o momento de maior debate na oficina e nossa “Árvore” ficou da seguinte maneira:

**Galho 1** – Conscientização e resgate da cidadania: Aprendizado do arcabouço legal para conhecimento e cobrança, investimento e reconhecimento (ações) em Educação Ambiental;

**Galho 2** – Sustentabilidade: Ter um mundo de “contos de fadas”, onde todos os seres vivam em harmonia, o planeta despoluído;

**Galho 3** – Participação e co-responsabilidade: Cidadãos mais conscientes, participativos e não corruptíveis, irradiadores destes princípios; sociedade mais participativa, tendo suas propostas mais valorizadas; ação/mudança de postura; que as leis ambientais sejam cumpridas no Brasil; fazer valer as leis da Educação Ambiental; mais ações e conscientização coletiva; processos participativos; conscientização transformadora e entender e ter satisfação pelo jogo político.

Ainda foi repensada a “folha Educação Ambiental” como matéria curricular obrigatória, e colocada no “Muro dos Desafios” por unanimidade.

Discutimos, em seguida, um exemplo da atividade de “**Construção de Caminhos**”. O grupo decidiu contrapor o item “Falta ampliar ações/processos educativos” do “Muro dos desafios” com o item “Conscientização e resgate da cidadania” da “Árvore da Esperança”. Assim, foram levantados os seguintes “caminhos”: envolver a comunidade, fazer diagnóstico local e da área mais específica de trabalho, estudar/pesquisar em conjunto, ação local,

perceber o ambiente, conhecer as potencialidades de cada indivíduo, utilizar os saberes de todos, apropriar-se do local, leitura crítica de mundo e trabalhar “inter-transdisciplinarmente”.

Passamos a refletir sobre a última atividade deste encontro, ou seja, buscamos elaborar um conceito comum para “Diagnóstico Participativo”. Assim, propusemos uma caminhada para **percebermos o ambiente, individual e coletivamente**, buscando desvelar as **relações socioambientais** daquele lugar (nossa unidade de trabalho). Este seria também o passo inicial de nossa próxima oficina - **Elaborando “Roteiro de temas” em um diagnóstico participativo**.

A saída de campo foi feita num setor específico do Parque do Lago, já que um dos pressupostos do diagnóstico é o limite – temos de saber até onde queremos, podemos e conseguimos ir à nossa comunidade, por exemplo. Esta clareza evita frustrações, aperfeiçoa o trabalho e fortalece o grupo à medida que permite **englobar ações possíveis transformadoras da realidade local**. Todos deveriam exercitar o papel de anotadores/observadores, para que durante a caminhada fossem coletadas impressões sobre os fluxos do parque, o perfil dos usuários, a paisagem, os equipamentos e seus usos diversos etc. por meio de anotações, desenhos, dados, reflexões e trocas com outros colegas.

Ressaltamos ainda que tudo o que fosse observado/pensado deveria ser registrado de maneira bem clara e objetiva, descritiva, pois na volta do trabalho de campo iríamos socializar as informações obtidas na caminhada que deveriam refletir tão somente nossas percepções. Antes ainda de sairmos, ressaltamos a importância de construirmos em conjunto um objetivo para nosso grupo. Por fim, nosso objetivo ficou assim, simples e direto: **Desenvolver ações através de parcerias<sup>1</sup>**.

Fizemos a caminhada animadamente e socializamos nossas impressões, solicitando também que todos fizessem a leitura referente à elaboração de um “Roteiro de Temas” a partir das percepções coletivas. Seguem nossas observações: alimentos pouco saudáveis na cantina, faltam árvores, resíduos – muito lixo pelo parque, lixeiras sem placas (falta orientação de lixo úmido

1. O grupo entendeu como “parceiro” qualquer indivíduo ou entidade que possa colaborar, financeiramente ou não, para melhora da qualidade de vida daquela comunidade. Foi ressaltado que há muito potencial para parcerias dentro das próprias comunidades onde as ações são pretendidas.



e seco), faltam placas educativas no parque, galpão – construção pouco ecológica/gasto elevado de luz, temperatura variando muito (desconforto ambiental), erosão (margens do lago e talude), poucas plantas nativas (ou muitas exóticas, preocupantes invasoras biológicas), vegetação insuficiente nos “barrancos”, “cuidadores” de carro em local público – “flanelinhas”,

uso indevido do estacionamento do parque – aulas de Moto Escola, teste prático de direção, pavimentação drenante como ponto positivo, melhorar acesso entre os galpões (pisoteio de grama), falta de sombra no estacionamento, entulho jogado no lago, plantas secas, acúmulo perigoso (usuários do parque) de madeira/restos de podas, uso da brinquedoteca, projeto “Conviver”, convênio com cidade japonesa (placa), uso da biblioteca, fácil acesso aos banheiros, carência de bebedouros, avifauna presente, presença de animais domésticos.

Vale ressaltar que muitas vezes, durante a caminhada e a socialização das percepções no grupo, foi preciso lembrar o objetivo desta atividade – não era o momento de propor e discutir soluções para o parque, apesar de estarmos cumprindo importante passo neste sentido – o de realizar um diagnóstico participativo, onde as impressões deveriam vir sem avaliações prévias.

Na oficina – **Construindo o “Roteiro de Temas”**– formaram-se trios e cada um dos trios comparou seus registros individuais (percepções, anotações, fotos, desenhos etc.) entre si e com as anotações coletivas. Verificaram as semelhanças à medida também em que iam levantando desafios e potencialidades de nosso setor de trabalho no parque. Após este primeiro momento de debate, o trio escolhia um relator para colocar de maneira adequada para o grupo as sínteses dos registros na forma de temas, conforme metodologia assinalada em nosso material de apoio na página 63 – **“Roteiro de Temas”**. Escolhia também um integrante para apresentar seu roteiro. Para elaboração de tal roteiro, deveria ter em mente sempre o tema de nosso GT: “Educação Ambiental e Políticas Públicas” – eixo de nossas discussões e propostas.

O grupo apresentou algumas dúvidas com relação à elaboração do roteiro, e assim passamos a discutir a apresentação dos mesmos elaborados pelos trios, com uma nova proposta de exercício: durante esta socialização haveria

um mediador e um relator voluntários; deixaríamos este papel um pouco de lado para nos tornarmos somente participantes do GT. Enfatizamos que a escolha do papel que pretendemos exercer em um grupo relaciona-se muito às características da nossa personalidade. Ao sobressaírem qualidades como a descrição, o detalhismo e observação, os perfis de *anotador* e *relator* seriam mais adequados; se outras qualidades forem mais evidentes, como a capacidade de animar debates/pessoas, a extroversão e o saber escutar, a escolha mais adequada será a de mediador.

Nosso novo mediador chamou os responsáveis pelas apresentações que se iniciaram. A animação dos voluntários e do grupo foi tamanha que talvez esta tenha sido a atividade mais empolgante para o grupo, de muito envolvimento e colaboração por parte de todos. E, dentro desta dinâmica, os seguintes roteiros de temas foram apresentados pelos trios:

- **Roteiro 1:** uso do lago e sua recuperação, poluição atmosférica, educação ambiental infantil (foco: criança), identificação das plantas, reconstrução sustentável do estacionamento;
- **Roteiro 2:** reaproveitamento das áreas através da gestão e educação ambiental, segurança (lago), conservação e limpeza, reflorestamento (paisagismo para conter erosão), aproveitamento da luz natural, captação de água pluvial;
- **Roteiro 3:** com o tema “utilização e aproveitamento do espaço”, e com os subtemas: requalificação do prédio a partir de projeto que envolva a “Arquitetura Ecológica”, aquecimento solar, construção com a utilização de materiais recicláveis para diminuir o impacto ambiental, placas informativas de preservação, cantina que ofereça alimentos naturais e maior integração das comunidades com mais divulgação (postos de saúde e escolas), contemplando aspectos como atividades preventivas de saúde, troca de produtos, transporte coletivo com integração das comunidades ao parque e vice-versa;
- **Roteiro 4:** Plano Gestor.

Trocas e questionamentos foram feitos durante as apresentações para o surgimento de Roteiro Coletivo de Temas:

1. Planejamento do parque;
2. Vegetação;



3. Segurança (lago);
4. Educação Ambiental;
5. Arquitetura Ecológica;
6. Cantina (alimentação saudável);
7. Transporte;
8. Participação Popular;
9. Resíduos (sólidos, restos de poda);
10. Erosão.



Na discussão seguinte percebemos que a riqueza de nosso trabalho não se expressava em nosso **Roteiro de Temas Coletivo**, sobretudo as idéias brilhantes dos trios. Assim, decidimos revisá-lo. Trabalhamos sobre subtemas e os reorganizamos conforme proximidade conceitual com outros, utilizando sugestões que estavam nos roteiros elaborados pelos trios. O roteiro de temas coletivo, na verdade com um tema apenas, acabou ficando assim após sua discussão no grupo:

### Tema: Planejamento do parque

#### Sub-temas:

#### 1. Vegetação

- 1.1. Erosão
  - 1.1.1. Reflorestamento (paisagismo para conter erosão)
- 1.2. Destinação dos restos de poda
- 1.3. Identificação das plantas

#### 2. Segurança (lago)

#### 3. Educação Ambiental

- 3.1. Atividades em EA
- 3.2. Placas informativas ao longo do Parque

#### 4. Arquitetura Ecológica

- 4.1. Aquecimento solar
- 4.2. Construções com a utilização de materiais recicláveis e/ou que não haja impacto ambiental
- 4.3. Aproveitamento da luz natural

#### 4.4. Captação de água pluvial

#### 5. Cantina

- 5.1. Alimentação saudável
- 5.2. Resíduos sólidos

#### 6. Participação Popular

- 6.1. Transporte para o parque
- 6.2. Questões político-administrativas do parque
  - 6.2.1. Documentos do parque, Conselho Gestor do parque e Conselho Municipal do Meio Ambiente
- 6.3. Atividades de divulgação e sensibilização da população

#### 7. Resíduos sólidos

Refletimos sobre a priorização do tema “Planejamento do Parque”. Assim, pedimos que o grupo escolhesse os subtemas que gostaria de traçar para as ações, pensando nesta exposição. Escolheram “Participação Popular” e “Educação Ambiental”, livremente se organizando em subgrupos – 8 participantes no primeiro e 4 no segundo.

Propusemos então uma forma de organização para cada subgrupo elaborar suas ações a partir de seus subtemas. Assim, os **Planos de Ação** foram descritos, mas não houve tempo de socializá-los presencialmente, o que foi feito pela internet e desta vez com sucesso. Segue a reprodução das fichas preenchidas no penúltimo encontro deste GT:



## Planejamento de Ações – Subtema “Participação Popular”

- Descrição da ação:** criação de Micro-fóruns para articulação de redes.
- Benefícios esperados:** participação para o fortalecimento do Conselho Gestor do parque.
- Recursos humanos necessários:** representantes de todos os segmentos da sociedade civil.
- Pessoas disponíveis:** usuários diretos e indiretos do parque.
- Técnicos e profissionais:** educadores, especialistas em meio ambiente, especialistas em vegetação, sociólogo, assistente social.
- Materiais necessários:**
- ✓ Disponíveis - data show, computador, som (SEMA - Embu das Artes).
  - ✓ A adquirir – espaço físico, cadeiras, canetas, papel, lápis (poder público ou iniciativa privada).
- Recursos econômicos necessários:** material de divulgação e material para estudo do parque.
- Oportunidades (motivação dos participantes e organizadores):** efetivar a participação da comunidade.
- Dificuldades:** mobilização, dinheiro e envolvimento.
- Período de implantação:** 2º semestre de 2008.
- Nível de prioridade:** alto.
- Indicador(res):** (não descritos).



## Planejamento de Ações – Subtema “Educação Ambiental”

- Descrição da ação:** capacitar funcionários do parque em educação ambiental.
- Benefícios esperados:** espaço físico preparado para receber a comunidade a nível de EA.
- Recursos humanos necessários:** profissional especializado na área.
- Pessoas disponíveis:** voluntários para ajudar na realização.
- Técnicos e profissionais:** Secretaria de Meio Ambiente Estadual e Municipal.
- Materiais necessários:**
- A adquirir – apostila caderno e canetas;
- Recursos econômicos necessários:** parcerias com empresas, poder público, comunidade e ONG.
- Oportunidades (motivação dos participantes e organizadores):** sensibilização para a ação;
- Dificuldades:** envolvimento no curso e financeira.
- Período de implantação:** a curto prazo, uma vez por semana – 30min.
- Nível de prioridade:** emergencial.
- Indicador(res):** avaliação através de questionário (população), avaliação da efetividade do treinamento.

Nesta oficina, antes de elaborarmos os planos de ação, aconteceram debates interessantes sobre as relações técnicas e políticas entremeadas em nosso setor de trabalho do parque. Falamos sobre o COMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente, o regulamento do parque, enfim, toda sorte de instrumentos que poderiam valer para elaboração das ações do GT4. Discutimos a validade ou não de um plano de manejo para o parque também.

Chegamos então, a nossa última etapa, que teve o objetivo de construir coletivamente a apresentação para os outros GTs do curso. Neste momento posterior de socialização todos teriam conhecimento de uma síntese dos debates de cada um dos GTs.



Passamos para a proposta de apresentação dos planos de ação pelos subgrupos: um representante por subgrupo faria a apresentação oral da ficha preenchida no último encontro, contando como foi a discussão. Daí, sistematizaríamos ambos os planos, um de cada vez. Solicitamos que relatores dos subgrupos registrassem as modificações acordadas durante a apresentação. Com isso, o grupo concordou em comentar genericamente os planos, seus pontos de atrito, os possíveis desafios encontrados pelos subgrupos, dúvidas. Ressaltou-se a complexidade de realizar um projeto nas comunidades (recursos, potencialidades do local, desafios

burocráticos) - foi um momento de conclusão do trabalho bastante importante, pois as realidades locais foram evidenciadas, fazendo-se um paralelo com as sugestões concretas feitas ao Parque do Lago

Por último, conversamos sobre a apresentação do GT “Educação Ambiental e Políticas Públicas”. Colocamos a proposta elaborada pela equipe – apresentação de duplas/trios, representantes do GT 4, para grupos que misturassem participantes de todos os GTs - e abrimos para o debate. O grupo teve dificuldade em decidir, mas após muita discussão os participantes sentiram-se mais seguros para fazer uma única apresentação para todos os GTs. No tempo restante, foi decidido que a apresentação se basearia na síntese da relatoria do GT, elaborada pela equipe de coordenadores do curso e referendada por seus participantes. O grupo mostraria sua história e os momentos mais marcantes, divididos em quatro oficinas: **“Oficina do Futuro”** (**“Muro dos Desafios”** e **“Árvore da Esperanças”**), **“Construção de caminhos”**, **“Roteiro de Temas”** e **“Planos de ação”**, acertando detalhes por e-mail. Este meio de comunicação foi bastante útil para estabelecer um mini-fórum a respeito desta atividade, constituindo, também, como uma construção coletiva amadurecida no debate, na troca entre os diferentes, encerrando muito bem nosso trabalho. ●



*Detalhes da paisagem...*



# POSFÁCIO

## CURSO AGENDA 21 E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE – DA TEORIA À PRÁTICA 2007

**A**o longo de sua história de relacionamento com as comunidades de entorno de Itapecerica da Serra, a Natura tem buscado apoiar iniciativas e estabelecer parcerias que contribuam para a construção de uma sociedade democrática, solidária e participativa.

Foi dentro desse contexto que apoiamos a realização do curso *Agenda 21 e Educação Ambiental para a Sustentabilidade – da Teoria à Prática*, como desdobramento do *I Fórum Regional da Agenda 21 na Educação - 2006*, dando continuidade aos esforços para a disseminação da Agenda 21 como referencial para a construção de sociedades sustentáveis na região.

Acreditamos no potencial transformador da articulação da sociedade civil, poder público local e empresariado para a construção do desenvolvimento local. A participação e co-responsabilização de todos os setores da sociedade na busca de soluções para as problemáticas socioambientais dos municípios que compõem a Bacia do Guarapiranga, é desafio de todos.

Nesta perspectiva, a Natura Cosméticos, como mais um ator social na região, reforça seu compromisso em estimular a construção da Agenda 21 na Educação e na sociedade, pois acredita que somente com o fortalecimento da sociedade civil e a criação de espaços democráticos de participação, trilharemos caminhos para o desenvolvimento sustentável.

*Natura Cosméticos*

## BIBLIOGRAFIA

- AGENDA 21 ESCOLAR DE EMBU DAS ARTES. Publicação Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE/Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Embu, São Paulo, 2006.
- AZEVEDO, J. M. L. de. A educação como política pública. Campinas, SP: Autores associados, 2004. (Coleção polêmicas do nosso tempo, vol. 56).
- BARBIERI, José C. Desenvolvimento e Meio Ambiente. As estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Juventude, Cidadania e Meio Ambiente – Subsídios para a elaboração de políticas públicas. Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. Coletivos jovens de meio ambiente. Manual Orientador. Brasília, 2005.
- BUENO, K.S; REYDON, B.P. O mercado de terras informal nas áreas de mananciais. Relatório do Projeto Negowat (Workpackage 3 report). January 2005. [www.negowat.org](http://www.negowat.org)
- BRUNDTLAND, Grö Harlem. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CASCINO, Fabio. Educação Ambiental - Princípios, História, Formação de professores. 2. ed. São Paulo, SENAC, 2000.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. Modelo Colaborativo: experiência e aprendizados do desenvolvimento comunitário em Curitiba / Prefeitura Municipal de Curitiba; GETS – Grupo de Estudos do Terceiro Setor; United Way of Canadá – Centraide Canadá – Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública, 2002.
- DEBONI, FABIO. Sobre Juventude, Participação Política e Meio Ambiente. <http://www.agenda21naeduc.com.br/gruposdetrabalhohog3.asp>.
- DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA NACIONAL JUVENIL PELO MEIO AMBIENTE MMA, Documentação Ambiental e Editoração. Brasília, 2004.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Diagnóstico e caracterização por percepção de bacias hidrográficas. Fundação SOS Mata Atlântica, São Paulo, 2005.
- DIEGO, CARLOS. Construção da Juventude. [http://www.itu.com.br/colunistas/artigo.asp?cod\\_conteudo=7296](http://www.itu.com.br/colunistas/artigo.asp?cod_conteudo=7296).
- FRANCO, M. Isabel. Agenda 21 na Educação: Construindo Ferramentas Pedagógicas para Trilhar o Caminho da Sustentabilidade. In Agenda 21 – Educação Ambiental em Áreas de Proteção aos Mananciais. Publicação Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE/Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Embu, São Paulo, 2006.
- FERRERO, Elisabeth M. e HOLLAND, Joe. Carta da Terra – Reflexão pela ação. São Paulo, Cortez; Instituto Paulo Freire, 2004.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 23. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia da Autonomia, Saberes necessários à prática educativa. 10. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

- GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. 3. ed. São Paulo, Peirópolis, 2002.
- GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz. Ecopedagogia e Cidadania Planetária. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2002.
- JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003.
- LAYRARGUES, P. P. A conjuntura da institucionalização da Política Nacional de Educação Ambiental. OLAM: Ciência e Tecnologia, v. 2, n.1, 2002, p. 15 (Formato CDROM).
- LEI 9433 – Política Nacional de Recursos Hídricos. 1997. Brasil.
- LEFF, Henrique (coordenador). A Complexidade Ambiental. São Paulo, Cortez, 2003.
- LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Sustentabilidade e Educação: Possibilidades e falácias de um discurso. I ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 6 a 9 Novembro de 2002 Indaiatuba – SP. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/sociedade\\_do\\_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conhecimento/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf).
- LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORIN, Edgard. A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma – reformar o pensamento. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU. Relatório de Atividades para o Programa Sócio-Ambiental de Capacitação e Atuação para Proteção, Conservação de Embu e Região com Desenvolvimento e Alternativas Econômicas Ambientalmente Sustentáveis. Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. 1999.
- SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: Possibilidades e Limitações. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 317-322, mai/ago, 2005.
- SCHULTZ, Martha de Carvalho. História Ambiental – Sociedade e Meio ambiente: as relações de poder construídas através do tempo. In Agenda 21 – Educação Ambiental em Áreas de Proteção aos Mananciais. Publicação Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE/Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Embu, São Paulo, 2006.
- TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. In: Revista Projeto Agenda 21 e Educação Ambiental em Área de Proteção aos Mananciais. Embu, 2006.
- WHATELY, Marussia e CUNHA, Pilar Machado. GUARAPIRANGA 2005 – Como e por que São Paulo está perdendo este manancial: resultados do Diagnóstico Socioambiental Participativo da Bacia Hidrográfica da Guarapiranga. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006.
- WHATELY, M. e CUNHA, P. (orgs). Seminário Guarapiranga: Proposição de ações prioritárias para garantir água de boa qualidade para abastecimento. São Paulo. Instituto Socioambiental. 2006.

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO E PARCERIA



APOIO E PARCERIA



SECRETARIA DE  
MEIO AMBIENTE

APOIO

